



# ADFA



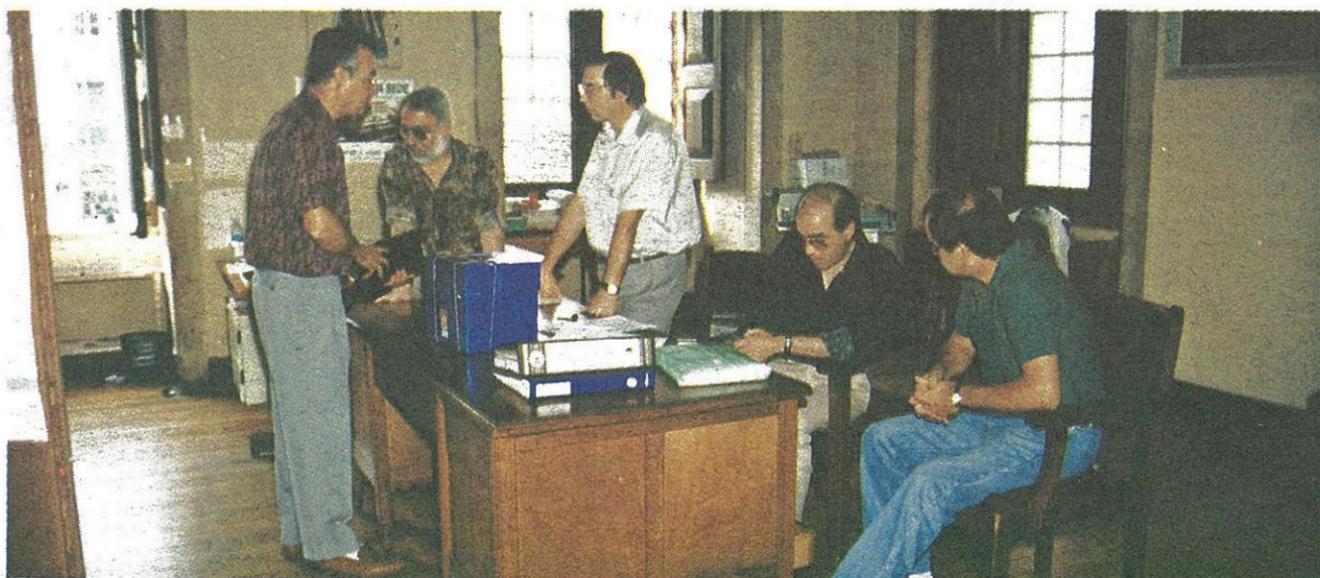
**ÓRGÃO  
DA ASSOCIAÇÃO  
DOS DEFICIENTES  
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XIX n.º 222

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Junho 1993 — 110\$00

## ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS E REGIONAIS



**BIÊNIO 93/95**  
VONTADE DE  
PARTICIPAR  
MANIFESTADA  
A NÍVEL NACIONAL  
**26 DE JUNHO**

## Comemorações do 19.º Aniversário da ADFA

**CONVÍVIO  
DA DELEGAÇÃO  
DE BRAGANÇA REÚNE  
ASSOCIADOS  
E ENTIDADES LOCAIS**



*Sardinhada em Setúbal*

### VILA NOVA DE FAMALICÃO

**ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL  
DA DELEGAÇÃO**

#### **CONVOCATÓRIA**

Nos termos dos Art.ºs 28.º e 29.º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios da Delegação de Famalicão para a Assembleia Geral Eleitoral da Delegação, a realizar no próximo dia **24 de Julho de 1993** (sábado), das 09 horas às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais da Delegação de Famalicão para o biênio de 1993/95.

A Assembleia Geral Eleitoral da Delegação, funcionará com mesas de voto nas instalações da Delegação de Famalicão e no Núcleo de Guimarães.

ADFA, 04 Junho 1993

P.M.A.G.N.  
O Presidente

*Joaquim Francisco Couceiro Ferreira*

**NOVA SEDE**

**NA HORA  
DA MUDANÇA  
O ARRANQUE  
DO SORTEIO!**



## JURAMENTO DE BANDEIRA DOS COMANDOS

Nas cerimónias de Juramento de Bandeira e no encerramento do 97.º Curso de Comandos, que se realizou no dia 29 de Junho, a ADFA fez-se representar pelos seus presidente e 2.º secretário da Direcção Central.

De referir que nesta cerimónia foi também condecorado um associado nosso.

Destes eventos será feita notícia mais pormenorizada no próximo jornal.

## ELO SOCIAL EM FESTA

O «Centro de Emprego Protegido» ELO SOCIAL realizou uma festa convívio, no passado dia 18 de Junho. A ADFA fez-se representar pelo presidente da Direcção.

## BRINCADEIRAS 93

A CERCI-Lisboa, com a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa (Acção Social), da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, da Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier e do Aquaparque de Lisboa, levaram a efeito uma série de actividades recreativas nas instalações do Aquaparque, no Restelo, no passado dia 30 de Junho.

Correspondendo ao convite gentilmente enviado à ADFA pela CERCI-Lisboa,

a associação fez-se representar pelo Presidente da Direcção.

## COLÓQUIO DA UCNOD

A UCNOD organizou um colóquio subordinado ao tema «Saúde e Segurança Social». Este acontecimento decorreu num hotel de Lisboa e a ADFA fez-se representar pelos seus Presidente e Vice-presidente.

Como até a esta data não nos tenham chegado as respectivas conclusões falaremos neste assunto noutra ocasião.

## ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO

Os 42 alunos do 29.º Curso de Especialização em Enfermagem de Reabilitação, realizaram uma visita de estudo à ADFA, nos dias 24 e 28 de Junho.

Esta visita como objectivo conhecer: a organização, funcionamento e âmbito de acção da Associação; a problemática de integração Social do Deficiente; as perspectivas futuras da Associação. Os dois primeiros pontos foram expostos pelos responsáveis do DASC e o último pelo presidente da Direcção Central.

Convém realçar que estes cursos constituem uma especialização para os profissionais de enfermagem, com a duração de 18 meses, que se efectuam na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende.

## OFERTA DE EMPREGO

A ADFA irá admitir um elemento para os serviços de segurança da Nova Sede.

Os sócios ou filhos de sócios candidatos, devem enviar a sua candidatura para a Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

## Selo automóvel

Tal como havíamos aventado na última edição do nosso jornal, confirma-se que o «Imposto sobre veículos» está a pagamento, este ano, nos meses de Junho e Julho, devendo ter-se em atenção as indicações então dadas, isto é, resumidamente, que os selos isentos só poderão ser adquiridos na área de residência oficial do proprietário da viatura, enquanto que os outros, não estando sujeitos a tal condicionalismo, o poderão ser em qualquer local.

## ELO esteve...

Acabámos de receber, enviada pela Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, a quem agradecemos, um exemplar do «caderno», por si editado, com a transcrição integral das intervenções que foram feitas aquando do seu Encontro com os responsáveis das revistas e publicações militares, nas instalações da A.R., em Junho do ano passado (ver ELO desse mês).

Como na altura não nos foi possível publicar, dado as intervenções no debate se terem feito, como é natural, sem suporte escrito e de ocasião, o que então foi dito pelo nosso Director, o mesmo se faz agora, já que se mantém actual, talvez até presentemente mais imperativa, a ideia expressa.

— Srs. Deputados, aparentemente, aquilo que vou dizer poderá não ter relação com o tema que, em muito boa hora, a Comis-

são de Defesa Nacional nos trouxe aqui, mas poderão verificar que, de facto, tem. Nos colóquios das revistas militares, nos quais participo há cerca de três anos, de um modo geral os militares no activo debatem os seus problemas, esquecendo-se muitas vezes que o serviço militar, como um serviço de risco, quer em dinâmica de paz quer em dinâmica de guerra, provoca deficientes.

E onde é que quero chegar? No que se refere à deficiência militar, existe neste momento em Portugal — e por isso penso ser interessante vir dizer isto à Assembleia da República — legislação o mais dispersa e difusa que se possa imaginar e os antigos companheiros aqui presentes reconhecê-lo-ão. Neste momento, a nossa associação está a fazer um estudo preliminar, tentando, para já, compilar toda a legislação dispersa, que vigora em certos casos, imaginem, desde 1927, para se promover um quadro legis-

lativo geral, quadro esse que não sei se a Comissão de Defesa Nacional poderá apadrinhar mais tarde, quando este estiver equacionado. Neste momento, estamos em contactos com o Governo para não sair da estrutura legislativa e or-



çamental do Governo, pois hoje em dia ninguém sabe, em termos de deficiência militar, «com que linhas se cose» — desculpem o termo.

Penso ser importante que a juventude actual esteja sensibilizada num momento em que no país, in-

clusivamente como reflexo das grandes mudanças mundiais, se perdem referências, talvez, quem sabe, até a de Pátria. Num momento em que as mudanças são constantes e em que caem muros por esse mundo fora, penso que é importante as pessoas saibam com o que contam pois, neste momento, as Forças Armadas recebem pessoas, como muito bem disse o Professor Adriano Moreira, com um espírito crítico objectivo.

É também importante que, quando se sensibilizam as novas gerações a ingressarem no serviço militar, num quadro único e diferenciando os diversos níveis de risco — que terão de ser estudados e salvaguardados num documento único —, estas saibam que, no momento em que lhes toca o «infortúnio» do dar à Pátria, esta lhes reconheça, através da instituição militar e mesmo do Estado, o direito à dignidade, a participar na sociedade, em suma, a ser feliz.

## PIQUENIQUE DE SETÚBAL

A Primavera fazia-se rogada, teimosa com inveja do Outono, não nos largava aquela chuva miudinha, mas eis que a Delegação de Setúbal anuncia a realização do seu já habitual piquenique, e os organizadores a verem a festa ir por

nhor. E o bolo então esse foi o maior que alguma vez lá apareceu, que aquilo foram precisos quatro homens para o carregarem, ainda antes de lhe espetarem a faca e, verdade verdadeira, comeram-no todo, e no fim ainda lá andaram

no antigo Convento de freiras? A oportunidade de convivermos neste dia fora do «stress» das reuniões e das assembleias? Será mera «fofoquice»? Não nos convencemos somente com estes argumentos, há ali qualquer segredo escondido que

zação, o êxito deve-se ao facto de esta Delegação ainda considerar importante as coisas simples da vida e de levarem muito a sério estas ditas «pequenas e mesquinhas» organizações de convívios associativos.

Se não nos falha a memória foi Almada Negreiros quem disse que rir era a coisa mais séria da vida. Nos convívios em S. Paulo a alegria é a nota dominante, por todo lado se canta e se ri. Uns por aqui outros por ali, ao meio da tarde começa tudo a afluir para debaixo do pinheiro grande, as violas começam a gemer, o canto começa a ser em grupo e no entusiasmo começa a dança e a roda à volta do pinheiro.

Estiveram presentes mais de 300 pessoas contra as 250 do ano passado. Foram consumidos mais de 120 Kg de sardinhas e 30 Kg de carapaus, isto para não se falar nas febras, é claro que se não fosse a merendinha que cada um trouxe, alguns ficariam um pouco decepcionados. Mas é também já um hábito as pessoas circularem pelas mesas uns dos outros a provar os melhores petiscos.

Por ocasião do apagar das velas em estilo de encerramento, em nome da Direcção Central, Patuleia Mendes fez um improviso em que elogiou o trabalho desenvolvido por esta delegação e particularmente o de José Faria.



água abaixo. Não estão de modas, não estão não, que por aqui há gente muito desempoeirada e foram pedir uma audiência a S. Pedro, que é padroeiro das gentes destas terras de pescadores, a fim de que ele parasse com a chuva nem que fosse só por um dia, pois, caso contrário, como iríamos nós comer a bela sardinha assada, daquela que vem de Sesimbra, e juraram a pés juntos que é bem melhor que a de Peniche. Mas que os de Setúbal são amigos são, que não ouve ninguém que lhe faltasse nada, não se-

uns glutões a raspar os restos.

Este piquenique de Setúbal é mesmo único, gentes de todo o país por lá aparecem, se bem que os alentejanos sejam sempre a maioria. Havia lá gente de todo o lado e acreditem ou não até houve quem adiasse as suas deslocações para Norte por oito dias só para poder estar em Setúbal.

Mas o que é que este piquenique tem assim tão interessante?! A luxúria da mata de S. Paulo? Os misteriosos segredos escondidos um pouco mais acima

não foi cientificamente estudado, minuciosamente analisado até ao mais ínfimo pormenor.

Vai daí, fizemos uma «sondagem» que abrangeu 2% do universo presente e chegámos a uma conclusão, da qual já patenteámos a origem, sobre as causas do sucesso sempre crescente desta organização da Delegação de Setúbal.

Não levando em linha de conta a supracitada audiência acima referida, na medida em que o dito Santo é parte interessada e tacitamente pertencente à organi-



Propriedade, Administração e Redacção:  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Palácio da Independência  
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex  
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

DIRECTOR: Patuleia Mendes  
REDACÇÃO: Armindo Roque  
António Carreiro  
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1100\$00

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00  
Fora da Europa: 2100\$00  
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

## VILA NOVA DE FAMALICÃO

### LISTA A

#### MAG DELEGAÇÃO:

Presidente: Sócio N.º 171, António Joaquim Magalhães Alves, 47 anos, Casal S. José — Vinhal — 4760 V. N. Famalicão

Secretário: Sócio N.º 9110, Fernando Gomes Carvalho, 48 anos, Aldeia Nova, Esmoriz — 4760 V. N. Famalicão

Vogal: Sócio N.º 3144, Manuel Rocha Ferreira, 50 anos, Agra do Barreiro, Delães — 4760 V. N. Famalicão

#### DIRECÇÃO DELEGAÇÃO

Presidente: Sócio N.º 3505, Anquises Fernando Cróccia Barbosa Carvalho, 45 anos, Rua Monsenhor Torres Carneiro, 72 — 4760 V. N. Famalicão

Secretário: Sócio N.º 170, António Silva Marques, 44 anos, Serra, Cavalões — 4760 V. N. Famalicão

Tesoureiro: Sócio N.º 6459, Henrique José Pereira Rodrigues, 49 anos, Padim, Brufe — 4760 V. N. Famalicão

#### C. FISCAL DELEGAÇÃO

Presidente: Sócio N.º 22, José António Mota Vieira, 43 anos, R. General Humberto Delgado — Vila Verde

Vogal: Sócio N.º 2645, José Soares Magalhães, 42 anos, Boucinha, Panoias — Braga

Vogal: Sócio N.º 1876, Arnaldo Costa Gomes, 41 anos, Barra, Atiães — Vila Verde

#### REPRESENTANTES SÓCIOS

Efectivo: Sócio N.º 82, Augusto Correia da Silva, 43 anos, S. Miguel O'Anjo, Calendário — V. N. Famalicão

1.º Suplente: Sócio N.º 8368, Daniel Moreira Simões, 49 anos, Ribeira Louro — V. N. Famalicão

2.º Suplente: Sócio N.º 181, Armindo Costa, 49 anos, Devesas, Oliveira St.ª Maria — Riba D'Ave

3.º Suplente: Sócio N.º 4024, Joaquim Manuel Martins Mota, 44 anos, Telhado, Joane — 4760 V. N. Famalicão

#### PROGRAMA DE ACÇÃO

Os candidatos, que se apresentam a sufrágio nas eleições de 24 de Julho do corrente ano, para os

Órgãos Sociais da ADFA — Delegação de V. N. Famalicão, fazem-no pelo facto de:

a) Ser esta Delegação de entre as existentes, a primeira no historial da ADFA que se constituiu, e nos merecer elevado carinho;

b) Evitar criar-se um vazio directivo que possa trazer consequências imprevisíveis para a Delegação, seus sócios e ADFA em geral.

O programa eleitoral que apresentamos aos sócios desta Delegação será um programa com um carácter de exigência e reivindicação pelo cumprimento das propostas eleitorais, não concretizadas, quer pelos Órgãos Centrais, quer pela Delegação, que faziam parte dos programas dos últimos dois mandatos (r.g. — Revisão Estatutária, Dinamização Associativa e diálogo e ligação das estruturas da ADFA entre os Órgãos Centrais e locais e vice-versa).

Face ao exposto os candidatos que se candidatam aos Órgãos desta Delegação, centralizarão a sua acção nos seguintes pontos:

- I — Revisão Estatutária
- II — Diálogo e Entendimentos entre os Órgãos Centrais e Locais
- III — Núcleos — Locais — Centrais
- IV — Dinamização Associativa
- V — Dignificação da comemoração dos Aniversários da ADFA

VI — Estatutos  
VII — Conclusão  
Procuraremos que o lema da nossa candidatura se consubstancie na:

- a) OBJECTIVIDADE
- b) SOLIDARIEDADE
- c) CRIATIVIDADE
- d) DINAMISMO
- e) DIÁLOGO CRÍTICO MAS CONSTRUTIVO

Supomos e é nossa convicção, que deste modo ajudaremos a construir a «Pirâmide Associativa», melhor dizendo, reconstruir a «Pirâmide Associativa» que anteriormente se faz referência, nas etapas que a constituem, ou seja:

Base: Formada pelos sócios  
Paredes: Formadas pelos Núcleos e Delegações  
Cúpula: Formada pelos Órgãos Centrais  
Eis o que propomos aos sócios da Delegação de V. N. Famalicão.

#### ENCERRAMENTO DA DELEGAÇÃO DE FAMALICÃO

A Direcção da Delegação de Famalicão informa que, por motivo de férias do pessoal, estará encerrada durante todo o mês de Agosto e reabrirá no primeiro dia de Setembro.

## AVEIRAS



Na Feira do Ribatejo da Azambuja, que se realizou de 28 de Maio a 1 de Junho, e que tem como objectivo divulgar os aspectos fundamentais da agricultura deste concelho e das actividades desenvolvidas pelas mais diversas organizações desta região.

A ADFA através da Comissão Instaladora do Núcleo de Aveiras de Cima — concelhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo, manteve um pavilhão no certame, com uma exposição fotográfica e outro material de divulgação sobre a nossa associação e, particularmente, sobre as actividades daquele Núcleo. Este pavilhão foi dos mais concorridos da Feira com grande alegria e orgulho dos nossos associados, que pensam

ter desta forma prestado um bom serviço em prol da dignificação e boa imagem da nossa casa.

O Núcleo, em estreita colaboração com os serviços da Sede, assumiu a distribuição domiciliária dos cartões da ADME aos associados daqueles três concelhos, o que lhes proporcionou gratificantes contactos pessoais, de onde ressaltam a inscrição de alguns novos sócios da ADFA e iniciação do processo de adesão àquele sistema de assistência militar por parte de alguns associados que desconheciam ter estes direitos.

É um bonito exemplo deste Núcleo «Quando a Montanha não vem a Maomé, vai Maomé à Montanha».

## ANIVERSÁRIO DA DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA

As comemorações da Delegação de Bragança, decorreram em Alfândega da Fé, no dia 6 de Junho. O ponto alto teve lugar num almoço-convívio, que contou com a participação de mais de uma centena de associados e familiares de todo o Nordeste Transmontano, do 2.º Secretário da Direcção Central, Artur Vilares, e de representantes do Poder Local. Numa atitude de saudável convivência estiveram representadas as delegações vizinhas de Famalicão e do Porto.

O presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé estiveram presentes e foram-lhes na oportunidade oferecidas medalhas da ADFA, pelo 2.º Secretário da Direcção Central, tendo

com os poderes locais desde o Governador Civil, passando pelas Câmaras Municipais até às organizações eclesásticas.

Seguindo o costume, no âmbito das comemorações, foi rezada missa na Igreja Matriz de Alfândega da Fé pelos nossos sócios falecidos.

Esta delegação tem bastantes dificuldades de comunicação, as distâncias são grandes e os transportes poucos o que complica o trabalho nesta zona.

Na Delegação de Bragança funciona um estabelecimento onde podem ser adquiridos uma série de artigos como sejam cadeira de rodas, canadianas e toda uma gama de produtos or-



o presidente da edilidade retribuído a gentileza de igual forma.

A direcção da Delegação mantém relações regulares

topédicos mais comuns. A este serviço têm acesso não só os sócios como outros deficientes que ali se dirigem.

## EDITORIAL



Inevitavelmente, o Editorial correspondente à publicação do ELO do mês de Junho de 1993, tem que se debruçar, essencialmente, sobre a vida interna da nossa associação pela diversificada e heterogénea forma que, nesta altura, fez movimentar e envolver a quase totalidade dos nossos associados. Senão veja-se, dos participados convívios de Bragança e Setúbal, do contacto pessoal ou postal com os beneficiários da ADME que passaram a ter cartão especial para a aquisição de medicamentos, até à realização do próprio acto eleitoral, se tal realidade não é objectiva.

Os convívios associativos têm demonstrado, desde sempre, constituir também momentos privilegiados para debate das questões da nossa casa. Tais debates e trocas de opiniões riquíssimas com os sócios, que às vezes se nos afiguraria encontrar afastados das grandes orientações políticas da associação, deixam, quantas vezes, os responsáveis surpresos, com a forma como os problemas são conhecidos e pensados pelo chamado sócio anónimo que amiúde, tem para os mesmos, soluções e ideias de profundo interesse. Tais encontros, cada vez mais participados, onde os elementos de Órgãos Sociais Regionais e Nacionais prestam, quer individualmente, quer em intervenções gerais, ampla informação aos presentes, são e terão que continuar a ser entendidos como forte e importantíssimo vector da dinamização associativa.

Os serviços prestados pela associação aos seus elementos, substituindo-se, algumas vezes, a outras entidades, pela mais rápida ou eficiente capacidade de resolver os problemas, dentro das relações de confiança estabelecidas entre a instituição e os associados, têm obtido dos sócios o maior acolhimento e entendimento. A comparência nos serviços da associação, em complementaridade dos contactos feitos por estes demonstram, inequivocamente, que é também um dos caminhos que os sócios pretendem que a ADFA trilhe, desbloqueando entraves, solucionando problemas que, nos levaram junto de deficientes militares que nunca se tinham associado à ADFA. Alguns desses até se decidiram inscrever por reconhecer em que, na realidade, a ADFA tem força, tem dinâmica, resolve questões, em suma, tem projecto.

O acto eleitoral, por seu lado, é também motivo de satisfação e reflexão. Em três mandatos consecutivos em que se apresenta a sufrágio nacional, uma única lista, sempre a votação se viu aumentada, o que revela, face à falta reconhecida de participação nos diversos movimentos associativos, a confiança dos eleitores na orientação que à ADFA têm dado os Órgãos Sociais Centrais e Regionais. A adesão a este acto eleitoral em que participaram mais de 1400 sócios, é forte motivo de reflexão, quer para os que crêem em absoluto na vontade bem demonstrada dos sócios participarem, quer para aqueles que entendem que estes estão simplesmente adormecidos. O trabalho de dinamização, neste momento efectuado, em especial pelas Delegações e os Núcleos, não pode nunca ser abrandado porque os sócios, está demonstrado, querem colaborar com as suas ideias, querem também conhecer o que pensam e fazem os Órgãos que elegeram, querem também a palavra e o conforto amigo que só uns aos outros nós sabemos e podemos dar. Tal atitude de firmeza dos sócios da ADFA em co-responsabilidade é mensagem reveladora da força que a ADFA encerra na defesa dos seus mais legítimos direitos, a ser cabalmente entendida por Órgãos eleitos, opinião pública e poderes instituídos.

A muito breve inauguração da nova Sede, a comemoração do 20.º Aniversário da nossa associação, que se pretende estender a todas as Delegações e Núcleos, a envolvimento que nos trará, até pela divulgação que lhe será dada a nível nacional e internacional, a «6.ª Conferência Mundial sobre Legislação» da FMAC e os trabalhos que há que implementar na aprovação da Revisão Estatutária, são momentos de grande oportunidade para que a ADFA vá, cada vez mais e definitivamente, aos sócios, no intuito de colher as suas ideias, opiniões e experiências, para que o mais anónimo elemento das Delegações de Bragança, Évora, dos Açores ou de Viseu, se assim o entender, saiba que está a participar directa e objectivamente na gestão da política de reabilitação e reivindicação, que garanta a nossa dignidade, o nosso futuro e o das nossas famílias, mais ainda agora que se agudizam os conflitos bélicos e sociais em todo o Mundo e muito especialmente na Europa.

A Direcção Central

# ISENÇÃO DE PROPINAS

«Os combatentes e antigos combatentes de operações militares ao serviço da Pátria, nas quais tenham obtido condecorações e louvores, constantes pelo menos, de Ordem de Região Militar, Naval ou Aérea, ou que, por motivo de tais operações, tenham ficado incapacitados para o serviço militar ou diminuídos fisicamente» beneficiam de isenção de propinas de frequência e exame nos estabelecimentos oficiais não militares de ensino de todos os graus e ramos.

Esta isenção é extensiva aos filhos dos combatentes citados.

Os Deficientes das Forças Armadas estão também isentos de selo de propinas de frequência e exame nos estabelecimentos não militares de ensino oficial de todos os graus e ramos.

Um parecer da Procuradoria-Geral da República acaba de pôr termo à contro- vérsia levantada pela entrada em vigor da Lei 20/92 de 14 de Agosto (Lei das Propinas), cujo artigo 17.º continha uma norma revogatória de carácter geral que foi interpretada como retirando a isenção aos combatentes e DFA's.

A ADFA, discordando frontalmente de tal interpretação, agindo como lhe compete na defesa intransigente dos princípios da reabilitação e interesses dos sócios, diligenciou no sentido de se ultrapassar a divergência.

O processo terminou com a emissão de um Parecer da Procuradoria-Geral da República, já homologado pelo Secretário de Estado do Ensino Superior que confirma o entendimento que a ADFA defendeu em relação à matéria.

A homologação do parecer faz com que a interpretação nele veiculada tenha força obrigatória, sendo inclusivamente publicado na II.ª Série do Diário da República.

A Associação ainda não teve acesso ao parecer, dada a proximidade dos acontecimentos, tendo-nos sido

## A interpretação do Ministério da Educação

Na sequência do desenvolvimento do processo, o SNR interveio junto do Ministério da Educação e foinos, por esta via, transmitida a posição oficial do Ministério da Educação, assim resumida:

«...segundo o n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 20/92, de 14 de Agosto, a redução ou a isenção de propinas passa a depender, exclusivamente, do rendimento familiar mensal ilíquido dos interessados. Igualmente, o artigo 17.º do mesmo diploma revoga todas as disposições que contrariem o disposto naquela lei.

Nesta conformidade, e de acordo ainda com o parecer da Auditoria Jurídica do Ministério da Educação, homologado por despacho de 5 de Novembro p.p. do Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior, consideram-se revogados, a partir da entrada em vigor da Lei n.º 20/92, de 14 de Agosto, por serem incompatíveis com a nova regulamentação da matéria instituída, os regimes especiais de isenção estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho».

do um sistema de escalões que consagravam uma solução mais perfeita do ponto de vista técnico-jurídico e mais justa.

A nova regulamentação então publicada instituiu um sistema coerente que dificilmente permitiria a subsistência de regimes excepcionais; assim, considerou-se não haver razão para considerar em vigor o regime instituído no referido preceito.

Com efeito, apenas no caso de se verificarem situações de carência económica, se justificaria a protecção jurídica atribuída neste domínio; e, nesse sentido, o regime geral estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132/80 e respectivas portarias regulamentares conferia a protecção adequada aos combatentes, ex-combatentes ou seus filhos, como a quaisquer cidadãos».

## A posição da ADFA

A Associação apoiou a defesa dos seus argumentos técnico-jurídicos na justiça do reconhecimento que assiste aos Deficientes Militares que serviram a Nação com brio e lhe deram o melhor de si mesmos.

Transcrevem-se alguns

rídica de lei especial em relação aos normativos gerais do sistema de propinas.

A Lei 20/92 de 14 de Agosto é, sem dúvida, uma lei de carácter geral que regulamenta o sistema de propinas, com âmbito de aplicação genérico.

A própria Lei 20/92 estabelece isenções de carácter geral para as famílias de menores rendimentos, tendo assim um princípio base de justiça social subjacente a estas isenções.

A finalidade das normas questionadas do DL 43/76 e do DL 358/70 assenta, quanto a nós, essencialmente nos princípios de justiça, porquanto é justo o reconhecimento às categorias de pessoas visadas em ambos os diplomas, o que se refere expressamente e no princípio de que o Estado deve assegurar o direito à plena reabilitação e reintegração social.

Resulta, deste modo, que os princípios contidos nos três diplomas são coincidentes e não contraditórios, admitindo-se que nos dois decretos-leis de características especiais têm ainda um pendor mais acentuado do que na lei geral, o que de resto será normal.

Somos, assim, de parecer que as isenções previstas no DL 43/76 e 358/70 não contrariam o disposto na L 20/92.

*Em suma, as isenções de propinas concedidas pelo DL 358/70 de 20 JUL e DL 43/76 de 20 JAN foram instituídas, não com base em situações de carência económica, mas com um reconhecimento público da Nação aos militares que tenham servido a Pátria com distinção ou em situações de risco acima do vulgar e também por razões de reabilitação e integração social.*

Os fundamentos de isenção da L 20/92 de 14 AGO — o montante dos rendimentos familiares — é completamente diverso daqueles, não se sobrepondo as razões de ordem económica ao reconhecimento da Nação àqueles que com maior dedicação a servir.

Nem moral nem juridicamente é aceitável que a Nação negue este reconhecimento por razões económicas (que, aliás, nem serão quantitativamente significativas).

*Ainda, no final do mês de Maio, a ADFA insistia, serena mas firmemente junto do MDN referindo que a aplicação da Lei 20/92 «está a pôr em causa os direitos adquiridos pelos Deficientes das Forças Armadas e consignados nos DL 43/76 e DL 358/70» sendo estes «credores por parte da Nação, da dignidade, do respeito e de uma reparação moral e material mais que justa».*

## AQUISIÇÃO DE VIATURAS

Encontra-se a aguardar promulgação na Presidência da República, um projecto de Decreto-Lei, aprovado recentemente em Conselho de Ministros, que introduz alterações ao DL 43/76, na parte relativamente à isenção de impostos na aquisição de viatura por deficientes das Forças Armadas com incapacidade igual ou superior a 60% e ao DL 103-A/90 que regula idêntica matéria para os deficientes em geral.

A ADFA não teve ainda acesso à redacção final do diploma, tendo-nos, porém, sido transmitido pelo Ministério da Defesa Nacional, que os direitos consignados no n.º 2 do Art.º 15 do DL 43/76 se encontram assegurados.

A ADFA, está, no entanto, em condições de adiantar uma perspectiva das alterações que se prevê virem a ser introduzidas, em virtude da participação activa em inúmeras reuniões e dos diversos contactos estabelecidos ao longo dos cerca de dois anos que antecederam a elaboração deste diploma.

O Decreto-Lei a promulgar visa essencialmente regular num único diploma, a matéria em causa, harmonizando procedimentos e regulamentando o direito concedido no artigo 15.º n.º 2 do DL 43/76.

Deste modo será alargado o âmbito do DL 103-A/90 que abrangerá também os DFA's que até agora dispunham de regulamentação autónoma.

Poder-se-á mesmo assistir à revogação do n.º 2 do art.º 15.º do DL 43/76 de 20 de Janeiro.

A ADFA tem sido extremamente cuidadosa neste aspecto, vincando rigorosamente a salvaguarda do DL 43/76.

Tem sido constantemente garantido à ADFA que, mesmo que se opere a revogação do n.º 2 do artigo 15.º, acima referido, o direito tal como ali se encontra definido, será mantido no DL 103-A/90 para os DFA's.

Por outro lado, os limites de cilindradas actualmente vigentes irão ser aumentados de 1500 cm<sup>3</sup> para 1600 cm<sup>3</sup>, no caso dos motores a gasolina e de 1750 cm<sup>3</sup> para 2000 cm<sup>3</sup> se o combustível for o gasóleo.

Este aumento de cilindrada fica a dever-se a uma proposta específica da ADFA, no sentido dos deficientes terem acesso a veículos que se adaptem cor-

rectamente às suas necessidades, oferecendo garantias de robustez para um período de cinco anos que, em alguns casos, é anti-económico, de espaço, tendo em atenção a cadeira de rodas e a família e que tecnologicamente permitem a montagem fácil ou até que incorporem de origem, comandos de utilização simples por pessoas com deficiência.

Sempre tem sido e continua a ser apaução da ADFA não reivindicar a elevação destes limites de modo a permitir a aquisição de automóveis considerados de luxo.

Se bem que não exista qualquer referência objectiva para a definição deste conceito, afigura-se que os limites que agora se esperam ver publicados, correspondem, neste momento, a viaturas à venda no mercado que satisfazem os requisitos acima indicados, proporcionando aos deficientes um variado leque de escolha.

No decurso das conversações havidas com diversas entidades, a Associação sempre insistiu para que fosse suprimida no DL 103-A/90, a referência às matrículas especiais que, a implementarem-se constituirão uma clara discriminação dos deficientes.

A nossa Associação defendeu também a plena utilização do veículo por todo o agregado familiar do deficiente titular deste direito, devendo retirar-se a exigência da carta de condução.

Estamos convencidos que no novo diploma se fará algum alargamento relativo a este ponto, sem, contudo, se esperarem inovações de grande impacto.



comunicado pelo Ministério da Defesa Nacional que já foi divulgado pelas entidades competentes através do Ministério da Educação, nele se referindo designadamente que «o DL 358/70, de 29 de Julho, que institui a isenção de propinas, não foi revogado, mantendo-se, portanto, plenamente em vigor».

Aos combatentes, antigos combatentes e seus filhos e aos Deficientes das Forças Armadas assiste o direito à isenção do selo de propinas de frequência e exame, nos estabelecimentos oficiais de ensino em todos os graus e ramos, nos termos dos DL 358/70 de 29 de Julho e DL 43/76 de 20 de Janeiro.

A opinião dos consultores jurídicos deste Ministério era ainda mais radical do que a defendida oficialmente, pois que em justificações concretas aos interessados se fazia divulgação do parecer 66/92 da Auditoria do Ministério, onde se lia:

«2. Ainda antes da publicação da referida Lei n.º 20/92, defendeu esta Auditoria Jurídica no Parecer n.º 57/91 em anexo que o regime especial estabelecido no Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho, teria sido implicitamente revogado por força do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 132/80, de 17 de Maio, conjugado com o disposto nas portarias que em sucessivos anos regulamentam a matéria, instituindo

excertos de textos que serviram de base à defesa deste direito:

«Tanto o DL 358/70 como o DL 43/76 vêm atribuir um direito específico aos Combatentes, Antigos Combatentes e filhos e Deficientes das Forças Armadas, em razão do reconhecimento que estas pessoas merecem à Nação já que A serviram com brio e distinção ou tendo mesmo ficado incapacitados ao seu serviço. Por outro lado, a base da isenção de propinas também assenta no princípio — com maior destaque no DL 43/76, mas já presente no DL 358/70 — da promoção social e profissional do antigo combatente deficiente.

Estes dois diplomas assumem assim a natureza ju-

## SÓCIOS FALECIDOS

**RAUL DA CONCEIÇÃO XAVIER**, sócio n.º 12800, natural de Alcantarilha (Concelho de Silves) e residente no Barreiro, faleceu no passado dia 21 de Janeiro de 1993.

Deficiente com 51% de desvalorização.

Deixa viúva a Sr.ª D. Adelina das Dores Xavier.

Aos familiares e amigos deste sócio, apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

**JOSÉ FERNANDO SILVA PINHAL**, sócio n.º 2665, natural e residente em Matosinhos, faleceu no passado dia 07 de Abril de 1993.

Deficiente com 65% de desvalorização, sofreu o

seu acidente em Angola, ficando amputado do membro inferior esquerdo.

Deixa viúva a Sr.ª D.ª Maria de Fátima Araújo dos Santos e uma filha menor.

**HILÁRIO FELIZ SEBASTIÃO BIOSSE**, sócio n.º 398, natural de Maputo e residente em Marvila, Lisboa, faleceu no passado dia 25 de Abril de 1993.

Deficiente com 100% de desvalorização, sofreu o seu acidente em Moçambique, ficando com paraplegia definitiva dos membros inferiores.

Aos familiares e amigos destes sócios, apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

# OS CAMINHOS DIFÍCEIS DA REINTEGRAÇÃO

## ARMINDO ROQUE

to tudo ainda dizemos que tivemos muita sorte.»

Quando é que fostes evaquado?

me as dores, deixei de mexer as pernas.»

Os poderosos músculos das pernas de camponês

Mário Sobral, português, nascido em 1946, em Freixo de Numão, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, tinha como profissão a de jornalista, «sabes o que é isso?» Pergunta-nos ele com o seu ar gozão. «Assentei praça no RI12 em Janeiro de 1967 na Guarda.»

Tirou a especialidade de Atirador no antigo RI1 na Amadora. Foi depois para os Comandos. Foste como voluntário? Perguntámos. «Não! Não! Fui escolhido pelo cabo-miliciano do meu pelotão pelas boas provas prestadas» foi seleccionado para o 8.º Curso, no Centro de Instrução de Comandos de Luanda, que terminou em 25 de Novembro de 1967.

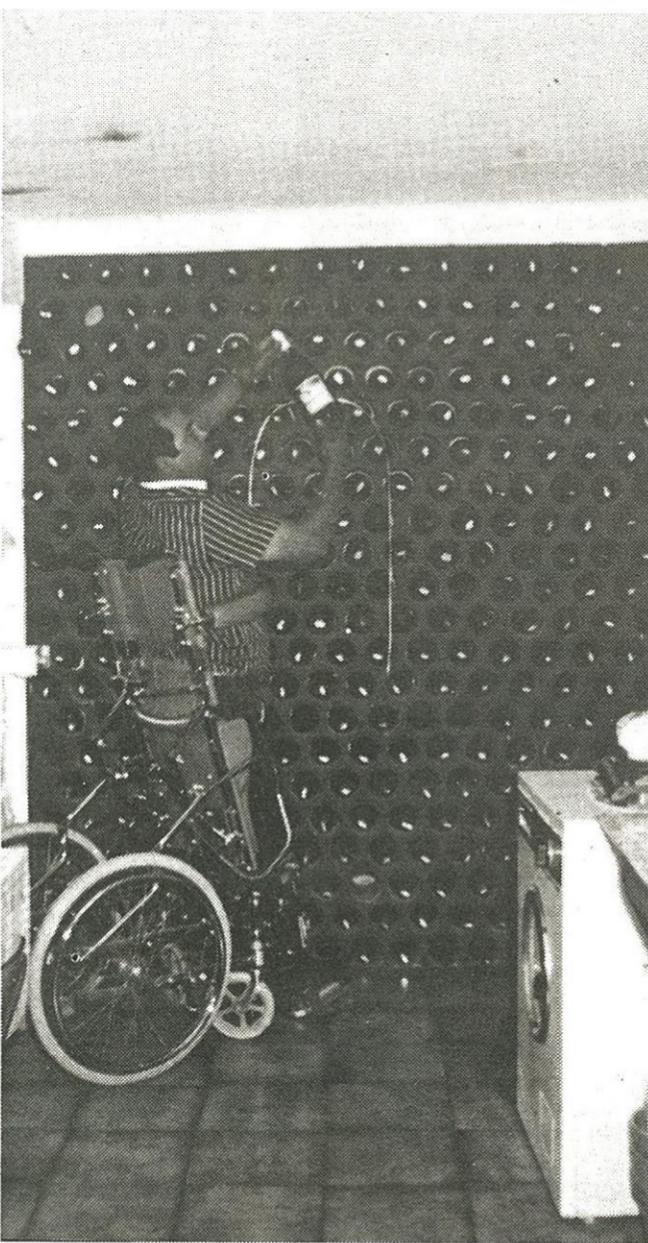
E o Sobral, como quem conta algo que se passou com outra pessoa, começa a descrever-nos a sua GUERRA. «Integrei a 11.ª Companhia de Comandos sob o comando do então capitão Teixeira Gil e tive a minha prova de fogo no Norte de Angola, na zona da Pedra Verde.» Depois, sempre em constantes deslocamentos no Leste, em Teixeira de Sousa, Gago Coutinho, na Lombala. Mais tarde, para Sueste, para o Cuito, para o Luso, Nova Lisboa, Jamba.

E continua o Sobral: «Numa das operações que fiz fomos de avião até ao Cuito, os pilotos eram da África do Sul. Depois fomos de viatura e demos a volta ali pelo Luenna. No Munhango, que é a terra do Savimbi, embarcámos no comboio, ainda é um dia de viagem até ao Luso. Os da UNITA cortaram-nos a linha, até lá nos deixaram uma carta e tudo, mandaram a linha para o mato e o comboio caiu. Tenho aí umas fotografias do comboio. Enfim, andei cerca de três meses a fazer operações na zona da Jamba.

Voltei para Luanda e fui para a operação Nova Luz, em Julho de 1968, na fazenda Maria Fernanda, a norte de Luanda.

Esta operação era comandada pelo major Soares Carneiro, 2.º comandante dos Comandos e tinha como objectivo destruir vários acampamentos do MPLA existentes naquela zona.»

«Há um ataque do inimigo, fomos flagelados nove vezes com metralhadora ligeira, e na última eu ia à frente as balas zunem por todo o lado, batem na terra que me atinge a face, estou na mira do inimigo, tenho de me atirar para o chão, bati com a coluna em qualquer coisa, e aí é que eu fiquei quase... «prontos!» Ainda andei mas cheio de dores.» O combate termina, o sol cai, «e o pior é que ainda tive de continuar, inclusive tive de ir emboscar o trilha toda a noite. Ainda andaram aos tiros, estava um tipo ali a uns cinco metros de mim, nem sei como é que ele não me acertou, tive uma sorte do ca... (gargalhadas), no meio dis-



Arrumando a garrafeira

«Fui logo a seguir no outro dia, mas vim no «Unimog» e vinham gajos a segurar-me, aí é que já notava que as coisas estavam más, as dores eram cada vez mais violentas.» Mas um Comando aguenta tudo! São apenas cerca de 400 km até Luanda, apenas um dia e meio de viagem!

No hospital de Luanda, onde chegou a 28 de Julho de 1968, faz hoje 25 anos, esteve 23 dias nos cuidados intensivos. Ali, diz o Sobral, «fizeram-me experiências e mais experiências e iam-me «matando». Quando eu fui para o Hospital e fui sozinho, eu ia a andar. E quando o médico me diz: Eh pá! Não te acho cá nada, levanta as pernas, vai tirar uma radiografia», tiram-lhe a radiografia, e quando lá voltou, o médico disse-lhe: «Vai já com isto às urgências», ainda com a radiografia a pingar, lá fui com a radiografia na mão às urgências». Desconfiam então que há algo que não estava bem, mandam-no para a neurocirurgia para ser observado, as dores horríveis continuavam. «Os médicos disseram-me: tens de ser internado, eram dois capitães e um alferes. Um disse-me: «Eu não te faço nada» e eu continuava com dores horríveis, depois eles lá me torceram um bocadinho, para me fazer uma pulsão lombar e pronto! Saíram-

deixaram para sempre de obedecer às ordens do seu cérebro.

## Evaquação para Lisboa

O Sobral foi evacuado para o Hospital Militar Principal em Lisboa a 23 de Agosto de 1968. O facto estava consumado, a partir desta data começou para o Sobral essa luta gigantesca que é a reintegração de um paraplégico.

Sorratamente o seu irmão levava-lhe comida para dentro do hospital, rapidamente o Sobral recomeça a ganhar forças físicas. Foi transferido para o Anexo, Serviço 6, em Novembro de 1968, onde faz fisioterapia.

Mais tarde foi para o Alcoitão, onde esteve durante dois anos (71/73), nestes serviços, entre outras coisas, aprendeu a utilizar com destreza a cadeira de rodas, nem todos os paraplégicos são capazes de conduzir uma cadeira sobre apenas duas rodas, esta técnica é muito útil para ultrapassar certos desníveis e para descer em rampas. Estas habilidades são tanto mais importantes quanto maiores são as barreiras arquitectónicas existentes, que no caso do nosso país são imensas.

Em 73 foi à JHI, onde lhe foi atribuído um grau de incapacidade de 100%. Nesta altura foi internada no Lar Militar da Cruz Vermelha onde esteve até 1976. Nesta data casou e foi viver para um apartamento nas torres dos Olivais.

## Integração profissional

O Sobral convidou-nos para almoçar na sua casa, quando lhe comunicámos a nossa intenção de aí fazer uma reportagem. Comemos um delicioso bacalhau assado, com batatas a murro, que a companheira do Sobral, D. Gracinda Soares, teve a amabilidade de nos oferecer. Depois ficámos a falar sobre as dificuldades que se colocam à reintegração dos deficientes na sociedade. O Sobral disse-nos que «ainda quando estava no Lar Militar fui trabalhar como artífice de ourives... depois fui trabalhar como escriturário na associação», aliás o Sobral foi dos primeiros trabalhadores da ADFA.

«Em 1981 frequentei na ADFA um curso de electrónica de Rádio e TV com mais 8 formandos, vieram cá monitores de fora a dar o curso. Aliás, depois deste houve cursos de vídeo, de micro electrónica, micro

des, e onde me pudesse movimentar com total autonomia».

Aqui o Sobral desenvolve toda a sua actividade. Na garagem montou uma pequena oficina de electrónica onde faz reparação de Televisões e electrodomésticos. «Deixei-me agora um bocado das TV's porque são um bocado pesadas para eu carregar», disse-nos o Sobral.

A sua actividade profissional não se fica apenas por aqui, regressou às origens, tem uma pequena criação de coelhos. Um sistema que ele próprio engendrou permite que dê comida aos animais e faça a limpeza das instalações. É interessante que aqui nada se perde, tudo se transforma. Um sistema de canalizações e fossas permite que a água e os excrementos dos animais sejam utilizados como estrume natural para as couves e para o jardim, que o Sobral trata pessoalmente como se pode observar nas fotos.

## Portão automático

Um dos grandes problemas com que o Sobral se deparava era o de entrar e sair de casa. Era um problema enorme, entrar no carro, pôr a cadeira, tirar o carro da garagem e tornar a pôr a

ciais das Forças Armadas. Depois do assunto ter sido analisado pela Assistente Social destes serviços, foi decidido que os custos de instalação deste equipamento seriam a fundo perdido.

## Cadeira de rodas de levanta

O trabalho que o Sobral desenvolve implica a necessidade de muitas vezes ter de aceder a objectos localizados a uma certa altitude. Para esse efeito teve de adquirir uma cadeira de rodas, agora acede a objectos que se encontram a mais de 2 m de altura, arranja as árvores e poda a vinha, é caso para dizer que, com ele, é que eu não ia às cerejas. O problema é que uma cadeira destas custa mais de 800 contos. Precisava também de uma cadeira de rodas leve para trazer no carro, na verdade este não é um problema menor, e muito menos um luxo; algumas esposas de paraplégicos começam a ter problemas de coluna pelo esforço que têm que despendar diariamente, na tarefa de manusear estas cadeiras de 25 kg, em vez destas que pesam 12 kg. No entanto, uma cadeira destas custa a módica quantia de 300 contos e o Hospital Militar não



A tratar da horta

soldadura, tudo isto eu frequentei ainda antes de haver a formação profissional. Transitei para a Oficina-Escola de Electrónica da Associação, que acabou logo a seguir, não se sabe bem porquê, em 82/83.

O papel que a ADFA teve na formação, Integração Profissional e na Procura-e-Oferta de Emprego é uma história que ainda não está feita, mas foi um trabalho enorme, de norte a sul do país, que é impossível contabilizar e que foi feito sem quaisquer apoios da CEE.

Em 1977, continua o Sobral, «comprei um terreno em Fernão Ferro, perto de Sesimbra e construí a minha própria casa, de acordo com as minhas necessida-

cadeira, fechar o portão e repetir tudo novamente, é fisicamente desgastante sobretudo quando chovia. Mas o mais grave era o desgaste moral de um homem que nessa altura vivia sozinho, encontrava-se divorciado, e nestes momentos o peso da dependência torna-se maior, sejamos paraplégicos ou não, mas neste caso os efeitos são potenciados. Tinha uma necessidade premente de um portão automático para resolver esta situação.

O Sobral, como sempre, encarou o problema de frente e enviou uma carta ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Este considerou o assunto pertinente e remeteu a carta para os Serviços So-

estava na disposição de suportar estas despesas. O Sobral fez um requerimento ao Chefe do Estado-Maior do Exército, general Firmino Miguel, que deferiu favoravelmente. A partir daí outros DFA's têm também usufruído desta regalia.

## Vida saudável

O Sobral, pelo que observámos, é um homem que leva uma vida normal e equilibrada, num local muito saudável. Considera que aqui as relações entre as pessoas são melhores, sente-se perfeitamente integrado na comunidade, por outro lado, quando precisa de ir ao Hospital Militar, se não houver trânsito, coloca-se lá em 20 minutos.

# ELEIÇÕES

No dia 26 de Junho concretizou-se, de novo, o mais alto momento da nossa vida, convivência e participação democráticas, as Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais. A responsável adesão dos sócios à Convocatória para a votação com um panorama de listas únicas, a nível nacional e em quase todas as Delegações de onde, saudavelmente, se exemplifica a do Funchal, onde concorreram duas listas, demonstra um vector de dinâmica e interesse que a um tempo sa-

tisfaz e surpreende, esperando-se que a massiva afluência às mesas de voto do Núcleo de Guimarães e Delegação de Vila Nova de Famalicão para as Eleições Regionais a realizar no próximo dia 24, constituam uma jornada de alta envolvimento, a juntar à que já vivemos naquele sábado, 26 de Junho.

Outro dado não menos expressivo e significativo nas Eleições, corresponde à comparação a votar nos Núcleos que, embora sem a utilização das estruturas ad-

ministrativas de apoio, receberam a manifestação da vontade de participar de 105 associados.

Embora com alguma assimetria nos números, realçamos o trabalho positivo de Alcobaca, Aveiras-de-Cima, Cascais, Guimarães, Peniche e Tomar.

Todo o acto decorreu com a máxima dignidade, seriedade e normalidade em todas as mesas de voto. Não foram comunicadas à Mesa da Assembleia Geral Nacional quaisquer incidentes ou anomalias, prova

evidente da maturidade e responsabilidade que sempre demonstrámos e nos norteiam.

Passaremos, seguidamente, a divulgar a lista de sócios eleitos para os Órgãos Sociais Centrais e Regionais, tal como os índices de votação por Delegações e Núcleos, não os comentando ou divagando sobre eles, cabendo a cada um, na área em que se situe, a análise, a reflexão e o desafio para uma participação cada vez mais activa.

## PORTO

### LISTA A (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Abel Artur dos Santos Fortuna, sócio n.º 58  
**1.º Secretário:** José Luís Rodrigues de Noronha, sócio n.º 1625  
**2.º Secretário:** Manuel Assunção Andres Magano, sócio n.º 1619

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José dos Santos Rodrigues Teixeira, sócio n.º 1201  
**Secretário:** António da Silva Reis dos Santos, sócio n.º 6784  
**Tesoureiro:** Joaquim Sequeira Ferreira, sócio n.º 3420  
**1.º Vogal:** Amadeu Artur Felgueiras, sócio n.º 1080  
**2.º Vogal:** Bernardino Guimarães Correia, sócio n.º 6220

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Albino Fernando Oliveira Duarte, sócio n.º 1383  
**Relator:** Mário Armindo da Silva Ferreira, sócio n.º 6138  
**Vogal:** Fernando Marques Batista, sócio n.º 139

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivos:**  
 Jaime Ferreri Gusmão Gonçalves, sócio n.º 2420  
 Manuel Oliveira Filipe Azevedo, sócio n.º 5709  
 Albino Maia Pereira Lopes, sócio n.º 6041  
**Suplentes:**  
 Nicolau João Teixeira Azevedo, sócio n.º 1514  
 Nelson Mário de Oliveira Ferreira, sócio n.º 2036  
 Leonel Joaquim Moura da R. Pereira, sócio n.º 7437

Votantes 242  
 Nulos 1  
 Brancos 9

Votantes 31  
 Nulos 1  
 Brancos 3

## BRAGANÇA

### LISTA A (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** António Eugénio Fernandes, sócio n.º 8287  
**1.º Secretário:** José Augusto Pereira Gomes, sócio n.º 2779  
**2.º Secretário:** Luís Manuel Mendes, sócio n.º 2780

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Domingos António Seca, sócio n.º 2778  
**Secretário:** José Manuel Rodrigues Cristóvão, sócio n.º 2789  
**Tesoureiro:** Francisco António Fernandes, sócio n.º 5455

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Jorge Augusto Alves Rodrigues, sócio n.º 6476  
**Relator:** Gil do Espírito Santo Martins, sócio n.º 2777  
**Vogal:** Maximino António Pires da Silva, sócio n.º 10293

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivo:** Aníbal dos Santos Fernandes, sócio n.º 2769  
**1.º Suplente:** Olímpio Sebastião Ferreira, sócio n.º 2783  
**2.º Suplente:** Manuel Joaquim Morais, sócio n.º 1870  
**3.º Suplente:** Manuel Jorge Afonso, sócio n.º 2775

Votantes 67  
 Nulos 0  
 Brancos 0

Votantes 172  
 Nulos 0  
 Brancos 2

## COIMBRA

### LISTA A (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José Soles Girão, sócio n.º 895.  
**1.º Secretário:** José dos Santos Dias Temido, sócio n.º 233.  
**2.º Secretário:** Aires Dias Oliveira Abrantes, sócio n.º 2270.

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José Martins Maia, sócio n.º 244.  
**Secretário:** Mário António Ferreira dos Santos, sócio n.º 1107.  
**Tesoureiro:** Joaquim Alberto Padilha Oliveira, sócio n.º 506.

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Manuel Correia de Bastos, sócio n.º 1312.  
**Relator:** João Pereira de Sousa, sócio n.º 2991.  
**Vogal:** Carlos Alberto Oliveira Deus Almeida, sócio n.º 6214.

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivo:** José Adelino Figueira Guerra, sócio n.º 4753.  
**1.º Suplente:** José Maria Damas Santos Pinto, sócio n.º 6618.  
**2.º Suplente:** José Dias Martins, sócio n.º 1549  
**3.º Suplente:** Victor Manuel Gil de Oliveira, sócio n.º 218

Votantes 67  
 Nulos 0  
 Brancos 0

## CASTELO BRANCO

### LISTA B (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Adelino Nabais Carreiro, sócio n.º 9087  
**1.º Secretário:** João José Mangana dos Santos, sócio n.º 2019  
**2.º Secretário:** Manuel Pereira Amaro, sócio n.º 1225

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José Eduardo Garrido Nunes, sócio n.º 1806  
**Secretário:** José dos Santos Correia Vila, sócio n.º 1832  
**Tesoureiro:** António Roque, sócio n.º 11350

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José Maria Rolão, sócio n.º 3559  
**Relator:** João Reis Gil, sócio n.º 8121  
**Vogal:** Vicente Campos Gameiro, sócio n.º 1972

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivo:** João Morgado Carmona, sócio n.º 10068  
**1.º Suplente:** Joaquim Mendes de Almeida, sócio n.º 5231  
**2.º Suplente:** José Alves Batista de Oliveira, sócio n.º 7378  
**3.º Suplente:** Joaquim de Jesus Duarte, sócio n.º 4748

Votantes 104  
 Nulos 27  
 Brancos 6

## UISEU

### LISTA A (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** António Pais Ferreira, sócio n.º 586  
**1.º Secretário:** António Rodrigues Cardoso, sócio n.º 1180  
**2.º Secretário:** Zeferino Espírito Santo Gomes Marcela, sócio n.º 6910

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** João Manuel Santos Gonçalves, sócio n.º 684  
**Secretário:** Arnaldo Duarte Pereira, sócio n.º 1404  
**Tesoureiro:** Francisco Ferreira Batista, sócio n.º 6581

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José Silva Ferreira, sócio n.º 881  
**Relator:** Laureano José Vieira da Silva, sócio n.º 607  
**Vogal:** João Francisco Pereira, sócio n.º 3567

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivo:** Claudino Joaquim Ferreira, sócio n.º 2289  
**1.º Suplente:** Amílcar Santos Castro Ferreira, sócio n.º 1342  
**2.º Suplente:** Manuel Carlos Lopes da Costa, sócio n.º 8543  
**3.º Suplente:** Manuel Matos Vaz, sócio n.º 9753

## ÉVORA

### LISTA B (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Inácio Augusto Carmelo Grazina, sócio n.º 652  
**1.º Secretário:** Manuel Maria, sócio n.º 1994  
**2.º Secretário:** Joaquim José Costa Agulha, sócio n.º 3457

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Manuel Teixeira Gil, sócio n.º 9651  
**Secretário:** João Carlos Figueiredo Nobre, sócio n.º 2262  
**Tesoureiro:** Florentino Joaquim Polido Valadas, sócio n.º 2426

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Celestino José Barreiros Veiga, sócio n.º 1302  
**Relator:** Manuel Inácio Gomes Pastor, sócio n.º 2128  
**Vogal:** António José de Sousa Bicho Barradas, sócio n.º 1543

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivo:** Manuel Joaquim Calhau Branco, sócio n.º 1591  
**1.º Suplente:** Agripino José Ludovico Cascalho, sócio n.º 1586  
**2.º Suplente:** Gilberto Manuel Trigueirão Costelas, sócio n.º 8419  
**3.º Suplente:** João Manuel Mocho Rolo, sócio n.º 6177

# ESCOLHAS 93/95

## PORTO

### LISTA A (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Abel Artur dos Santos Fortuna, sócio n.º 58  
**1.º Secretário:** José Luís Rodrigues de Noronha, sócio n.º 1625  
**2.º Secretário:** Manuel Assunção Andres Magano, sócio n.º 1619

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José dos Santos Rodrigues Teixeira, sócio n.º 1201  
**Secretário:** António da Silva Reis dos Santos, sócio n.º 6784  
**Tesoureiro:** Joaquim Sequeira Ferreira, sócio n.º 3420  
**1.º Vogal:** Amadeu Artur Felgueiras, sócio n.º 1080  
**2.º Vogal:** Bernardino Guimarães Correia, sócio n.º 6220

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Albino Fernando Oliveira Duarte, sócio n.º 1383  
**Relator:** Mário Armindo da Silva Ferreira, sócio n.º 6138  
**Vogal:** Fernando Marques Batista, sócio n.º 139

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivos:**  
 Jaime Ferreri Gusmão Gonçalves, sócio n.º 2420  
 Manuel Oliveira Filipe Azevedo, sócio n.º 5709  
 Albino Maia Pereira Lopes, sócio n.º 6041

**Suplentes:**  
 Nicolau João Teixeira Azevedo, sócio n.º 1514  
 Nélson Mário de Oliveira Ferreira, sócio n.º 2036  
 Leonel Joaquim Moura da R. Pereira, sócio n.º 7437

**Votantes** 242  
**Nulos** 1  
**Branços** 9

**Votantes** 31  
**Nulos** 1  
**Branços** 3

## ÉVORA

### LISTA B (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Inácio Augusto Carmelo Grazina, sócio n.º 652  
**1.º Secretário:** Manuel Maria, sócio n.º 1994  
**2.º Secretário:** Joaquim José Costa Agulha, sócio n.º 3457

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

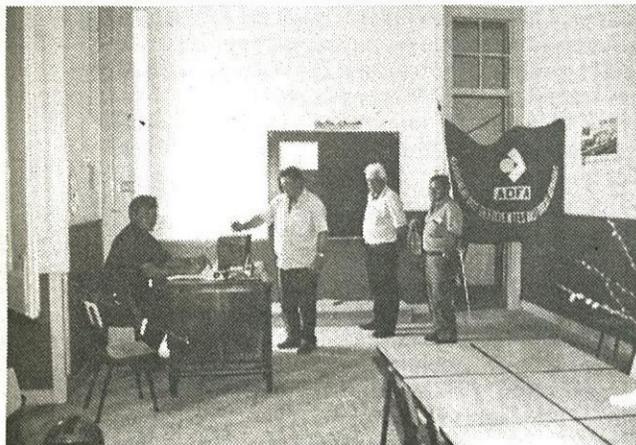
**Presidente:** Manuel Teixeira Gil, sócio n.º 9651  
**Secretário:** João Carlos Figueiredo Nobre, sócio n.º 2262  
**Tesoureiro:** Florentino Joaquim Polido Valadas, sócio n.º 2426

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Celestino José Barreiros Veiga, sócio n.º 1302  
**Relator:** Manuel Inácio Gomes Pastor, sócio n.º 2128  
**Vogal:** António José de Sousa Bicho Barradas, sócio n.º 1543

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivo:** Manuel Joaquim Calhau Branco, sócio n.º 1591  
**1.º Suplente:** Agripino José Ludovico Cascalho, sócio n.º 1586  
**2.º Suplente:** Gilberto Manuel Trigueirão Costelas, sócio n.º 8419  
**3.º Suplente:** João Manuel Mocho Rolo, sócio n.º 6177



## FARO

### LISTA A (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José António Pereira dos Santos Morte, sócio n.º 8574  
**1.º Secretário:** José Xavier Coelho Prata, sócio n.º 1984  
**2.º Secretário:** Artur Martins Cabrita, sócio n.º 4195

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José Nicolau Rufino, sócio n.º 384  
**Secretário:** João Ângelo Fernandes, sócio n.º 7859  
**Tesoureiro:** José Manuel das Neves Perpétua, sócio n.º 2387

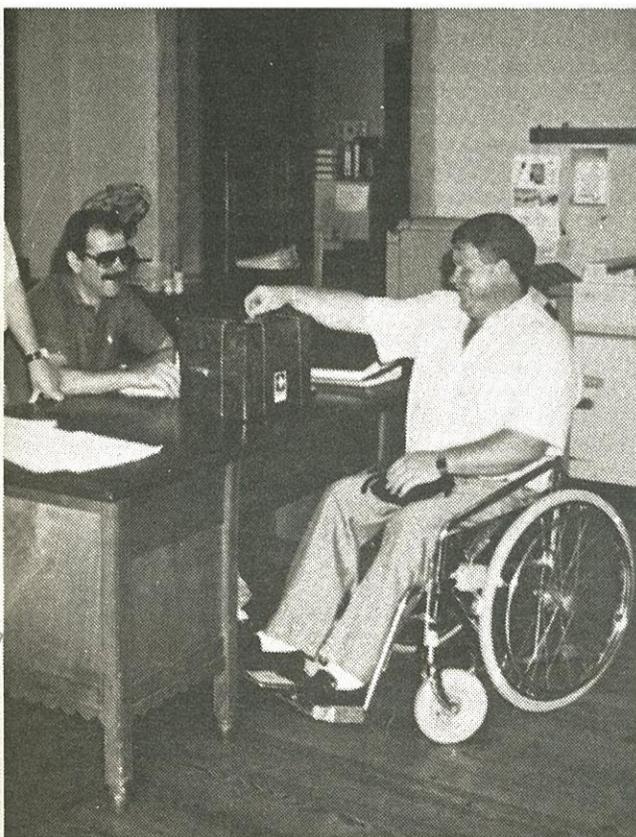
#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** João Cabrita Correia, sócio n.º 8860  
**Relator:** Vítor Manuel da Costa, sócio n.º 10018  
**Vogal:** António Luís Cabrita Rodrigues, sócio n.º 8458

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivo:** Hélder Manuel Henriques, sócio n.º 6913  
**1.º Suplente:** Marcelino José da Silva Dias, sócio n.º 200  
**2.º Suplente:** Luís Manuel Rosado da Silva, sócio n.º 60  
**3.º Suplente:** José Martins Raimundo, sócio n.º 1533

**Votantes** 44  
**Nulos** 0  
**Branços** 0



## VILA NOVA DE FAMALICÃO

**Votantes** 60  
**Nulos** 8  
**Branços** 20

# 93/95



## FARO

### LISTA A (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José António Pereira dos Santos Morte, sócio n.º 8574  
**1.º Secretário:** José Xavier Coelho Prata, sócio n.º 1984  
**2.º Secretário:** Artur Martins Cabrita, sócio n.º 4195

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José Nicolau Rufino, sócio n.º 384  
**Secretário:** João Ângelo Fernandes, sócio n.º 7859  
**Tesoureiro:** José Manuel das Neves Perpétua, sócio n.º 2387

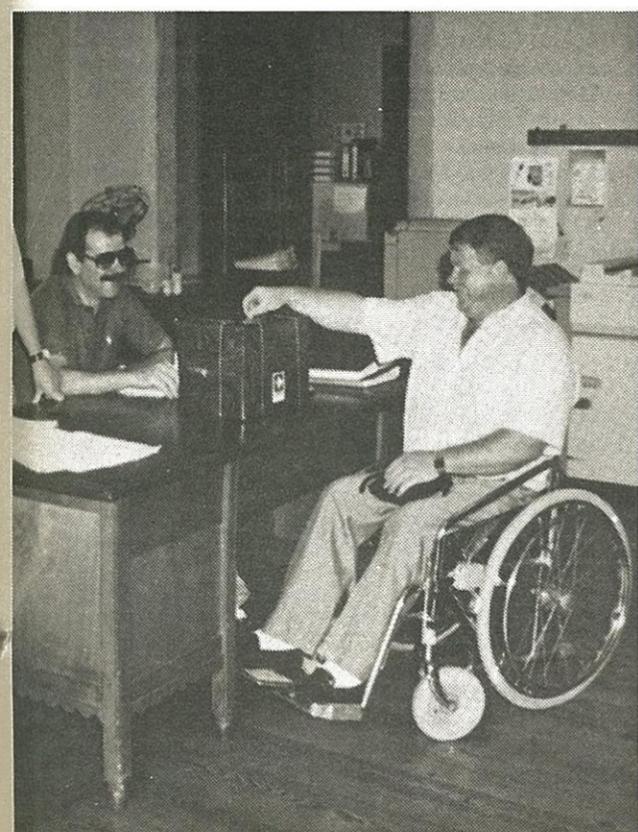
#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** João Cabrita Correia, sócio n.º 8860  
**Relator:** Vítor Manuel da Costa, sócio n.º 10018  
**Vogal:** António Luís Cabrita Rodrigues, sócio n.º 8458

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivo:** Hélder Manuel Henriques, sócio n.º 6913  
**1.º Suplente:** Marcelino José da Silva Dias, sócio n.º 200  
**2.º Suplente:** Luís Manuel Rosado da Silva, sócio n.º 60  
**3.º Suplente:** José Martins Raimundo, sócio n.º 1533

Votantes 44  
 Nulos 0  
 Brancos 0



## VILA NOVA DE FAMALICÃO

Votantes 60  
 Nulos 8  
 Brancos 20

## SETÚBAL

### LISTA A (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José Maria Rosa, sócio n.º 52  
**1.º Secretário:** Abílio Marques Loureiro, sócio n.º 4899  
**2.º Secretário:** António Lucas dos Santos, sócio n.º 4470

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José da Silva Pinto Faria, sócio n.º 3371  
**Secretário:** José Manuel Raminhos, sócio n.º 646  
**Tesoureiro:** António Francisco Viana, sócio n.º 1911

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Estêvão José Mira Carvalho, sócio n.º 9266  
**Relator:** Luís Albino de Andrade, sócio n.º 9883  
**Vogal:** Armando Domingos Martins Ferreira, sócio n.º 9265

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivo:** Zeferino Abreu Ribeiro, sócio n.º 9374  
**1.º Suplente:** Alfredo Escumalha Monteiro, sócio n.º 9535  
**2.º Suplente:** João Arnaldo Casalinho Honório, sócio n.º 2122  
**3.º Suplente:** Avelino Guerreiro Gonçalves, sócio

Votantes 81  
 Nulos 0  
 Brancos 0

Votantes 141  
 Nulos 11  
 Brancos 0

## FUNCHAL/Madeira

### LISTA B

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** António Adriano Freitas, sócio n.º 11037  
**1.º Secretário:** José Herculano Gouveia Capitão, sócio n.º 5693  
**2.º Secretário:** Francisco Abreu Fernandes, sócio n.º 10532

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** João Manuel Martins, sócio n.º 11013  
**Secretário:** José Agostinho Nóbrega, sócio n.º 2522  
**Tesoureiro:** João José Nobre Pereira, sócio n.º 9619

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** António Gomes Alves, sócio n.º 2959  
**Relator:** António Luís Romão Vera Cruz, sócio n.º 5670  
**Vogal:** João Paulo Gomes, sócio n.º 3739

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivo:** Manuel Ferreira, sócio n.º 5993  
**1.º Suplente:** João Fernando Santos Oliveira, sócio n.º 3357  
**2.º Suplente:** Manuel Patrício Freitas Aveiro, sócio n.º 7715  
**3.º Suplente:** Daniel José Nóbrega Alves, sócio n.º 6012

Lista A 33 votos

Lista B 108 votos

## ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS (Sede)

### Lista A (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

**Presidente:** Joaquim Francisco Couceiro Ferreira, sócio n.º 1  
**1.º Secretário:** Alberto Manuel Brum da Costa, sócio n.º 9  
**2.º Secretário:** Américo Vieira Figueiredo, sócio n.º 4299

#### DIRECÇÃO CENTRAL

**Presidente:** José Eduardo Gaspar Arruda, sócio n.º 593  
**Vice-Presidente:** António Manuel Garcia Miranda, sócio n.º 3097  
**1.º Secretário:** Cândido Manuel Patuleia Mendes, sócio n.º 519  
**2.º Secretário:** Artur José Caldeira Vilares, sócio n.º 8626  
**Tesoureiro:** Armindo Marques Matias, sócio n.º 53

#### CONSELHO FISCAL CENTRAL

**Presidente:** António Manuel Pereira Neves, sócio n.º 3098  
**Secretário:** António Augusto Almeida Santos, sócio n.º 5157  
**Relator:** Manuel Tomé Gonçalves Dantas, sócio n.º 556  
**1.º Vogal:** Orlando Álvaro Correia, sócio n.º 209  
**2.º Vogal:** Johannes Alberto Parker, sócio n.º 5043

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivos:**  
 Mário Soares Dias, sócio n.º 716  
 António dos Santos Carreiro, sócio n.º 1344  
 Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício, sócio n.º 208  
 José Alberto Bento Raimundo, sócio n.º 11521  
**Suplentes:**  
 José Carlos Ferreira Pavoeiro, sócio n.º 8617  
 Francisco José Leiria, sócio n.º 1689  
 Sílvio Ferreira Marques Lourenço, sócio n.º 8132

Votantes 384  
 Nulos 7  
 Brancos 18

## PONTA DELGADA/Açores

### LISTA A (única)

#### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** José Cabral Viveiro, sócio n.º 5987  
**1.º Secretário:** Pedro Azera Correia Fragoso, sócio n.º 11717  
**2.º Secretário:** Manuel Francisco Soares Alegre, sócio n.º 4516

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Jaime Fernando Leite Domingues, sócio n.º 5919  
**Secretário:** Moisés Pereira da Luz, sócio n.º 5520  
**Tesoureiro:** António Manuel Gaspar de Carvalho, sócio n.º 436

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

**Presidente:** Eduardo Jorge Vicente Cabral, sócio n.º 3735  
**Relator:** Tobias de Melo Medeiros, sócio n.º 5822  
**Vogal:** Hermano Aguiar Teves, sócio n.º 6657

#### CONSELHO NACIONAL

**Efectivo:** Manuel Pereira de Medeiros, sócio n.º 8038  
**1.º Suplente:** Jorge Alberto Rego França, sócio n.º 8774  
**2.º Suplente:** Severiano Luís Pacheco de Almeida, sócio n.º 5316  
**3.º Suplente:** Carlos Alberto Tavares Sebastião, sócio n.º 11518

Votantes 43  
 Nulos 0  
 Brancos 0

# TROPAS PÁRA-QUEDISTAS PORTUGUESAS

Após 37 anos integrada na Força Aérea, a elite das Forças Armadas deste país fundador da NATO, vão ser transferidos para o Exército no meio de muitas dúvidas e alguma apreensão entre os «Páras».

## Os primeiros pára-quedistas portugueses

Embora já alguns militares portugueses tivessem efectuado saltos em pára-quedas, nomeadamente em Timor no decurso da Segunda Guerra Mundial, só em 1951, 2 oficiais do Exército são enviados a França (Escola de Pau), a fim de frequentarem um Curso de Pára-Quedismo.



Distintivo de pára-quedista

Após estes, outros oficiais e agora também sargentos, foram enviados a Espanha (Alcantarilla) e de novo a França, para receber idêntica formação. Em 1955 e após concurso aberto em todos os ramos das Forças Armadas, duas centenas de candidatos embarcam para Alcantarilla, de onde regressam 188 pára-quedistas, envergando pela primeira vez a «Boina Verde», que desde essa data havia de constituir o símbolo maior dos pára-quedistas portugueses.

A 14 de Agosto de 1955, todos os militares portugueses formados em pára-quedismo, desfilam perante o Presidente da República, na principal avenida da capital, após o capitão Armindo Videira, ter recebido das mãos do mais alto dignatário do país, o guião do Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas.

No dia 1 de Janeiro de 1956 é oficialmente criado este Batalhão e de acordo com a legislação promulgada, integrada na Força Aérea Portuguesa.

## O BCP prepara-se para o inevitável

Entre 1956 e 1959, o BCP prepara-se e equipa-se para a guerra, tendo sempre em vista uma possível intervenção nos territórios ultramarinos deste pequeno país europeu, que possuía na época, as províncias ultramarinas de: Estado Português da Índia (Goa, Damão e Diu); Timor, Macau; Moçambique; Angola; São Tomé e Príncipe; São João Batista de Ajudá; Cabo Verde e Guiné. Acrescia a isto os arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Paralelamente, a Força Aérea, tendo em vista as enormes distâncias que necessariamente haveria de percorrer em caso de conflito, dota-se, de aeronaves de transporte («C-47», «C-56») capazes de colocar um efectivo razoável de tropas pára-quedistas, rapidamente, no teatro de operações.

É neste contexto que a Força Aérea planeia e leva a efeito o exercício «Himba», com dois objectivos principais: preparar a instalação, em permanência, de meios aéreos em África e ainda testar e provar a sua capacidade para rapidamente acudir a uma situação de emergência, apoiando os portugueses (civis e militares), que em África viviam e trabalhavam.

Este grande exercício constou essencialmente de um transporte aéreo, Lisboa-Cabo Verde-Guiné-S. Tomé-Angola, e já nesta última província, demonstrações de saltos em pára-quedas e operações aéreas de ataque ao solo.

O sucesso deste exercício foi total e a experiência adquirida por pilotos, pessoal de apoio e pára-quedistas, viria a tornar-se muito útil quando em 1961, a guerra começa em Angola.

## A guerra em África

Após alguns incidentes, facilmente controlados pelas reduzidas forças policiais e militares em Angola — fundamentalmente em Luanda —, todo o Norte de Angola fica a «ferro e fogo», devido a ataques de militantes da União dos Povos de Angola (UPA). Grande número de elementos deste movimento, muitos dos quais vindos directamente do Zaire, atacam fazendas e pequenas povoações, matando indiscriminadamente brancos, negros e mulatos. Tudo e todos os que trabalham com os portugueses, são alvo das mais terríveis torturas, com o objectivo nítido de lançar o pânico e obrigar à fuga. Estamos no dia 15 de Março de 1961.

Laçado o alerta para Portugal, muitos estão absolutamente incrédulos e recusam-se a acreditar. Mesmo nos altos escalões das Forças Armadas, há quem duvide da veracidade das informações chegadas da pacífica Angola. Mas, ainda antes de se pensar na reacção geral, a 16 de Março, uma Companhia do Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas de Tancos, é colocada pelos Transportes Aéreos Militares em Luanda e após um par de horas, no Norte de Angola. Aí, no «inferno» os Pára-quedistas encontram os colonos, não em fuga mas enclausurados nas suas fazendas de armas na mão a lutar contra os «invasores». Face à situação a 2.ª e 3.ª Companhias de Caçadores Pára-Quedistas do BCP seguem também para Angola. Enquanto a Força Aérea bombardeia concentrações de terroristas e lança abastecimentos a povoações isoladas, os Pára-quedistas, são divididos em pequenos grupos e tentam chegar ao maior número de locais possíveis.

A 21 de Abril e na sequência de discurso ao País do primeiro-ministro — Dr. Oliveira Salazar — com o País im-

pressionado pelas fotografias dos massacres que entretanto vão chegando, grandes contingentes do Exército começam a embarcar para Angola. A onda terrorista tinha sido sustida, mas agora com grandes efectivos militares iria ser feita a «limpeza» do Norte de Angola. Também agora os Pára-Quedistas participam nas operações efectuando inclusive saltos operacionais, em locais de difícil acesso, em cooperação com colunas auto do Exército.

Após Angola, onde foi activado o Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas n.º 21 (08MAI61), ao mesmo tempo que em Tancos o Batalhão era transformado em Regimento de Caçadores Pára-Quedistas (05MAI61), os Pára-Quedistas não conheceram descanso. Em Moçambique foi activado o Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas n.º 31 (20NOV62) e o BCP 32 (09NOV66), enquanto na Guiné foi activado o Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas n.º 12 (20OUT66).

Entre 1961 e 1975, as Tropas Pára-Quedistas Portuguesas cumpriram missões de guerra em África. As actividades de combate, em África, custaram aos Boinas Verdes 160 mortos, alguns dos quais já no período da descolonização quando muitas unidades do Exército, se recusavam a continuar as operações. Os Pára-Quedistas estavam entre as últimas forças militares portuguesas a sair de todas as antigas províncias ultramarinas, encerrando um período histórico que se prolongou por 560 anos! Foi de facto em 1415 que os cavaleiros portugueses conquistaram Ceuta (Norte de África iniciando a expansão ultramarina. Os últimos militares nacionais a regressar a Portugal foram os Boinas Ver-



Salto automático com abertura do pára-quedas de reserva

des, que em Dezembro de 1975 regressaram de Timor, para onde tinham sido enviados em Abril desse ano, a fim de proteger os cidadãos portugueses que aí se encontravam e colaborar com o Governador, em missões de segurança.

## A reorganização

Com a descolonização dos antigos Batalhões de Caçadores Pára-Quedistas do Ultramar e o regresso a Portugal europeu dos militares dessas unidades, as Tropas Pára-Quedistas (aliás, como a Força Aérea em geral) iniciam a sua reorganização e adaptação às novas missões.

Após o período da guerra anti-subversiva, vai-se iniciar uma fase de preparação para a guerra convencional no teatro de operações europeu. Portugal, membro da NATO desde a sua fundação, vai voltar a preparar os seus militares para enfrentar o expansionismo comunista, na Europa. Em África (e apenas transitoriamente) o papel de Portugal tinha acabado.

Assim nasce o Corpo de Tropas Pára-Quedistas, na dependência directa do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Este Corpo integrava 5 unidades; Comando do Corpo de Tropas Pára-Quedistas (CCTP), em Lisboa; Base Escola de Tropas Pára-Quedistas (BETP), em Tancos; Base Operacional de Tropas Pára-Quedistas n.º 1 (BOTP 1), em Lisboa; Base Operacional de Tropas Pára-Quedistas n.º 2 (BOTP 2), em Aveiro; Grupo Operacional de Apoio e Serviços (GOAS), em Aveiro.

O CTP, através destas unidades territoriais, tinha a responsabilidade de aprontar uma Brigada de Pára-Quedistas Ligeira (BRIPARAS), constituída por:

Comando e Estado-Maior; 3 Batalhões de Pára-Quedistas (BP11, 21 e 31); Grupo Operacional Aeroterrestre; Grupo Operacional de Apoio e Serviços; Companhia de Morteiros Pesados; Companhia de Comunicações; Companhia Anticarro; Companhia de Forças Especiais.

A BRIPARAS tinha um efectivo de 166 oficiais, 417 sargentos e 2252 praças.

Armamento e equipamento

Mas a reorganização não se limitou a uma alteração do dispositivo e do quadro de pessoal. Também a nível dos armamentos e equipamentos se verificaram substanciais mudanças. Terminada a guerra, onde os páras utilizaram fundamentalmente armamento ligeiro, impunha-se a aquisição de outros tipos de armas e ao mesmo tempo substituir as que estavam em uso, a maior parte das quais tinha sido introduzida nos princípios dos anos sessenta.

Logo em 1979, o CTP adquire a espingarda automática Galil, 5,56 mm para substituir a G-3, 7,62 mm (o Exército português ainda hoje utiliza esta arma, fabricada em Portugal sob licença da H&K alemã). Seguem-se o Carl Gustaf M2, o míssil Milan, morteiros 120 mm tipo Tampella, 81 mm Royal Ordnance e 60 mm Long Range.

Novas peças de fardamento são introduzidas, fundamentalmente para fazer face às temperaturas dos países europeus onde os Boinas Verdes se começam a deslocar para exercícios conjuntos. Mochilas, sacos de cama e outras peças de equipamento, a maior parte das quais fabricadas em Portugal, são postas ao serviço.

Mas o sector onde esta modernização é, talvez, mais significativa é o das comunicações. Novos equipamentos rádio para curtas, médias e longas distâncias é adquirido. Material Racal, Philips, Siemens e Grinel é colocado ao serviço, constatando-se de imediato uma melhoria sensível neste sector aquando dos exercícios tácticos realizados, quer em Portugal quer no estrangeiro.

## Actividade de Treino Operacional

O primeiro grande exercício realizado pelos páras portugueses realizou-se em 1979, no Norte do País, e teve o nome de código **Júpiter 79**. Embora logo após a reorganização os pára-quedistas tivessem começado por realizar alguns exercícios conjuntos com forças do Exército, cedo se verificou que ainda não era possível levar a cabo, com vantagens práticas, operações de treino operacional com esse ramo. Posto isto o Comando do CTP iniciou a série **Júpiter**, onde anualmente toda a BRIPARAS se concentrava para realizar um grande exercício. Este exercício que em 1979 ainda contou com a participação de uma pequena força do Exército (Artilharia), passou a ser planeado, organizado e levado a cabo unicamente pelo Comando Operacional da Força Aérea (meios aéreos e seu apoio) e pelo Corpo de Tropas Pára-Quedistas. Quase todos os anos participaram neste exercício unidades aéreas espanholas e uma companhia da Brigada Paracaidista desse país.

Logo em 1978 o CTP inicia uma série de exercícios com forças pára-quedistas de países amigos, tendo em vista a troca de experiências e conhecimentos, que desse aos pára-quedistas portugueses uma imagem daquilo que em toda a Europa ocidental, eram as forças aliadas. Esta cooperação iniciou-se com a BRIGADA PARACAIDISTA (Espanha) e alargou-se à BRIGADA PARACADUTISTI FOLGORE e 4.ª COMPAGNIA ALPINI PARACADUTISTI (Itália), REGIMENTO PARA-COMMANDO (Bélgica) e FALLS-CHIMJAGER BATAILLON 273 (Alemanha). Estes exercícios envolviam, quase sempre, o efectivo de uma companhia, que participava nesses países em actividades de treino táctico e saltos em pára-quedas.

O CTP participava ainda em exercícios/competições com efectivos mais reduzidos e constituídos por elementos das suas Forças Especiais. Estão neste caso o «Flint Lock» com as Special Forces (USA), o «Auriol» com os SAS (Inglaterra), o «Volant Rodeo» nos EUA, o «Schinderhannes» na Alemanha e o «Challenge Interescolas de Pára-Quedismo» em Itália, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, França, Espanha e Portugal.

No quadro da NATO, a BRIPARAS foi em 1989 incluída nas forças de reserva estratégica do SACEUR.

Em 1987 e 1991 o CTP levou a efeito um reajustamento do seu dispositivo territorial de modo a concentrar o mais



Embarque na aeronave «C-130 Hércules»

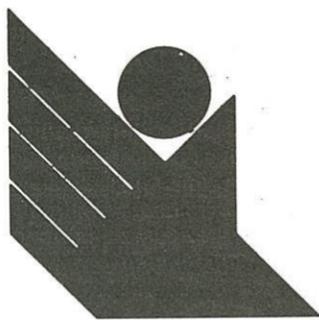
possível as unidades operacionais. Assim a BOTP 1 (Lisboa) foi desactivada, passando as unidades aí instaladas (BP 11, CAcar e CCom) a estar aquarteladas na BOTP 2 (Aveiro).

## A actualidade

Em Junho de 1991, estava o plano de reorganização territorial do CTP praticamente terminado (faltava instalar em Aveiro o Comando da BRIPARAS), o Ministro da Defesa Nacional anuncia a transferência das Tropas Pára-Quedistas para o

(Continua na pág. 10)

# CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA



## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES REFERENTE A 1992

(Conclusão)

### 3.2 — HORIZON

No âmbito da preocupação estrutural de dotar o Centro de capacidade para prestar os serviços que integram o seu projecto, com o mais elevado nível de qualidade e eficácia, apresentaram-se três projectos ao Programa HORIZON:

- Criação de uma Unidade de Avaliação/Orientação para Deficientes Físicos;

- Criação de uma Unidade de Investigação em Engenharia de Formação;

- Criação de uma Unidade de Investigação em Engenharia da Reabilitação.

Ergonomia/Ajudas Técnicas.

Com estes projectos pretende-se:

- definir as metodologias de trabalho a utilizar;

- definir e organizar espaços e instrumentos de trabalho;

- estruturar e formar os recursos humanos envolvidos;

- desenvolver a capacidade do Centro se assumir como centro de recursos, disponível para apoiar outras estruturas/entidades da região.

#### 3.2.1 — Criação de uma unidade de Avaliação/Orientação

No âmbito deste Projecto foram iniciadas e desenvolvidas a maioria das acções previstas. Realizaram-se seminários, visitas de estudo, contactos com as parcerias de que resultam troca de experiências e recolha de Know-How, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento do Projecto Nacional.

No sentido de se concretizar a primeira acção — análise das práticas institucionais ao nível da Avaliação/Orientação — foi desenvolvido todo um trabalho de reflexão, designadamente a realização de um seminário interno e uma visita à parceria de Toulouse — YMCA — por forma a conhecermos a sua realidade. Com a mesma finalidade, em Dezembro de 92, recebemos a equipa técnica do YMCA. Estas acções

contribuíram também para a concretização da definição da ideologia, objectivos e finalidades do Projecto.

No que respeita à selecção e definição dos recursos, uma das preocupações constantes da equipa, foi efectuada uma visita ao parceiro LADAPT, no sentido de se seleccionar e definir os recursos tecnológicos utilizados no processo de Avaliação/Orientação, nomeadamente meios informáticos para orientação profissional.

Estabeleceram-se contactos com o parceiro Holandês — Centro Lucas Foundation, Honsbroek — e outras entidades internacionais, ao nível da caracterização dos métodos e técnicas a utilizar em Avaliação/Orientação e em particular no que respeita à avaliação físico-funcional. Contribuição também significativa, adveio da participação de elementos da equipa num mini-seminário realizado na Holanda, em Dezembro de 92, no âmbito do Programa HELIOS, que se debruçou especificamente sobre métodos de avaliação para deficientes físicos.

Paralelamente ao desenvolvimento de todas estas acções foi realizado todo um trabalho ao nível da organização e estruturação da própria equipa.

No que respeita às restantes acções em que se prevê o apetrechamento da unidade com:

- equipamentos de fisioterapia, terapia ocupacional e montagem de amostras de trabalho;

- construção de zona de alojamento e de piscina para hidroterapia;

- adaptação de instalações para criação de zonas de trabalho e espaços para as amostras de trabalho;

não foram tomadas iniciativas, dado não estar aprovada a medida 4 — FEDER, financiadora da acção.

#### 3.2.2 — Criação de uma Unidade de Engenharia de Formação

No âmbito deste projecto, foi desenvolvido todo um trabalho de reflexão e análise das

práticas existentes — incluindo a realização de um seminário interno — estabilizando-se o modelo de formação e inserção profissional bem como as próprias metodologias de formação.

Neste sentido, desenvolveu-se e intensificou-se as actividades ligadas à concepção, construção e elaboração de programas e instrumentos de formação. Por outro lado, foi feito um esforço no sentido de se incrementar as acções referentes ao estudo do mercado de emprego, aguardando-se o reforço técnico da equipa para se estruturar e sistematizar este trabalho.

Paralelamente, e dentro da perspectiva de investigação/acção na base de todo o projecto, a realização das acções de formação profissional contribui de forma sistemática e permanente para a avaliação e validação das metodologias e do próprio modelo.

No âmbito da transnacionalidade não foi desenvolvida nenhuma acção específica, uma vez que, por um lado, a execução das acções planeadas com o centro DATO (definição dos equipamentos adaptados na informática para deficientes motores) implica a aprovação dos equipamentos previstos na medida 4 — FEDER, o que ainda não aconteceu; por outro lado, a outra parceria (GROH-ACIDI), com a qual se desenvolveu um trabalho extremamente rico e positivo de preparação e planificação das acções previstas no projecto, está com problemas de ordem jurídica que a têm impedido de participar.

Por estas razões, foram efectuados vários contactos no sentido de se estabilizar as parcerias, aguardando-se a sua concretização

#### 3.2.3 — Criação de uma Unidade de Engenharia da Reabilitação

De modo a atingir os objectivos propostos pelo projecto HORIZON realizou-se no dia 13 de Junho, no C.R.P.G., um seminário para reflexão das práticas existentes e planifica-



ção das acções a realizar pela equipa.

A colaboração com o parceiro transnacional VLICHT tem permitido uma grande troca de experiências e de informação sobre ajudas técnicas e adaptações de equipamentos. Com o intuito de definir as acções a realizar e potencializar esta colaboração, teve lugar no dia 4 de Setembro em Leuven, na Bélgica, uma reunião onde se planeou a realização de:

- Um relatório contendo a descrição dos sistemas de avaliação funcional existentes e uma apreciação qualitativa dos mesmos;

- um relatório preliminar sobre a definição da estrutura da base de dados;

- recolha e introdução de dados na base;

- instalação do software utilizado.

Estas acções foram concretizadas ao longo de 1992, incluindo a instalação e esclarecimento de dúvidas do software (TURBO PASCAL e OMNIS) no C.R.P.G. por um técnico do VLICHT, de 12 a 14 de Novembro.

Paralelamente houve um trabalho da equipa para definição do equipamento necessário e a adquirir assim que seja aprovada a Medida 4 - FEDER.

#### 3.3 — Centro de Informação e Aconselhamento HANDYNET

O sistema Handynet foi criado pela Comunidade Europeia, tendo como objectivo fundamental o desenvolvimento de um sistema europeu de informação computadorizado, acessível em qualquer momento nas línguas oficiais de cada um dos países comunitários.

Esta base de dados integra um conjunto de informações que visam responder às necessidades específicas da pessoa com deficiência, de modo a facultar-lhe uma cada vez maior autonomia. Estas informações abrangem áreas tão diversas quanto: prevenção da deficiência, educação, formação profissional, emprego, desporto, criatividade, legislação e outras.

Por despacho do Ministro do Emprego e Segurança Social, no dia 15 de Dezembro de 1992, o CRPG foi nomeado como Centro de Informação e Aconselhamento da Rede Handynet.

Decorreu nos dias 12 a 16 de Outubro de 1992, no Vimeiro, um seminário sobre «Ajudas Técnicas para a Deficiência Motora», que contou com vários especialistas da matéria e no qual participou um técnico do Centro. Este seminário destinou-se a dar formação aos técnicos que vão trabalhar nos Centros que integram a Rede Nacional HANDYNET.

#### 3.4 — Programa FORCE

Concepção de um instrumento de formação profissional contínua adaptado às necessidades das empresas de subcontratação automóvel/forneçimentos industriais.

Participam os Centros de Formação Profissional:

CIPES — França — Coordenador

CRPG — Portugal

IAL — Itália

IG METALL — Alemanha

Empresas do ramo automóvel dos 4 países. A portuguesa é uma PME de Valadares, Gaia (PAMEL, Lda.)

Em Março de 92 concretizam-se os objectivos da proposta de trabalho conjunto transnacional. Iniciam-se contactos com diversas empresas da região compatíveis com o projecto. Estabelece-se um protocolo de colaboração com a PAMEL, Lda., aceite pelos parceiros estrangeiros.

Somos informados em Julho do financiamento aprovado pela Comissão das Comunidades para o primeiro ano de execução do projecto (Setembro de 92 a Setembro de 93). A 17 de Dezembro realiza-se em Belfort — França uma reunião de trabalho em que o projecto começa a ser desenvolvido. É a fase de definição do caderno de encargos para a elaboração de um «media» formativo versando o tema seleccionado: Qualidade/Manutenção.

Segue-se a participação na elaboração de um inquérito às

empresas que, depois de aprovado pela Coordenação, é aplicado à Pamel e enviado. A 18 e 19 de Março do corrente realiza-se nova reunião em Belfort, ficando aprovado o caderno de encargos que define os termos em que o «media» irá, seguidamente, ser concebido.

#### 3.5 — Centro especializado para prescrição de ajudas técnicas

Na sequência do Despacho Conjunto 606/MS/MESS/92 que determina o regime e o sistema de definição e prescrição de ajudas técnicas, foi solicitado ao Secretário Nacional de Reabilitação que o C.R.P.G. fosse considerado «Centro Especializado», nos termos do disposto do despacho referido, uma vez que preenche os requisitos para tal.

#### 4 — Divulgação do Centro

Em finais de 1991, princípio de 1992 desenvolveu-se uma campanha de apresentação do C.R.P.G. que apostou fortemente em três vectores:

- presença na AJUTEK;

- elaboração de materiais de divulgação capazes;

- comunicação com todos os potenciais interlocutores do Centro, através de dois «mailings» e através de contactos personalizados.

#### 5 — Formem

Aquando das eleições para os Órgãos Sociais da FORMEM — Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência, o C.R.P.G. foi proposto para presidir à Direcção da Federação.

Em consequência, o C.R.P.G. participou activamente no trabalho da Federação aos dois níveis em que ele se desenvolve:

- no plano nacional, ao nível das várias tarefas e projectos;

- no plano internacional, participando activamente na Confederação Europeia para o Emprego de Deficientes, em representação de Portugal.

INFORMAÇÃO SOBRE AJUDAS TÉCNICAS  
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM REABILITAÇÃO



### CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

- Informações
- Inscrições para a formação profissional dr.ª Manuela Bessa
- Consultas de Fisioterapia
- Consultas de Psiquiatria D. Helena Socio

Av. João Paulo II — Arcozelo  
- 4405 Valadares/Gaia

Telefs: 762 91 15 / 762 98 15/76 98 40  
Fax: 7629065

## AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes • Cores opacas  
Em vigor desde 1 de Junho 93

MODELO -3-PORTAS	P.BASE	P.V.P.
CLIO-WIND	1.186.673.00	1.714.823.00
CLIO-RN-1.2	1.350.662.00	1.905.051.00
CLIO-RT-1.2	1.499.510.00	2.077.714.00
CLIO-RT-1.4	1.590.318.00	2.427.791.00
CLIO-S-1.4	1.533.708.00	2.362.123.00
CLIO TRI-1.4	1.613.828.00	2.455.062.00
CLIO-BACCARA	2.159.097.00	3.087.574.00

MODELO -5-PORTAS	P.BASE	P.V.P.
CLIO-WIND	1.250.711.00	1.789.107.00
CLIO-RN-1.2	1.415.567.00	1.980.340.00
CLIO-RT-1.2	1.562.919.00	2.151.269.00
CLIO-RT-1.4	1.653.100.00	2.500.618.00
CLIO-BACCARA	2.223.436.00	3.162.208.00
CLIO-RT-1.9 Diesel	1.847.421.00	3.801.955.00

RENAULT-19-TRICORP.-4 -PORTAS=OU-5-PORTAS-BICORP.	P.BASE	P.V.P.
R-19-RL-1.2	1.720.100.00	2.339.080.00
R-19-RN-1.2	1.797.562.00	2.428.936.00
R-19-RN-1.4	1.828.033.00	2.709.021.00
R-19-S-1.4	1.882.601.00	2.772.320.00
R-19-RT-1.4	2.063.258.00	2.981.882.00
R-19-RTI-1.4	2.218.306.00	3.161.738.00
R-19-RT-T.Diesel	2.206.607.00	4.224.091.00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXAS AUTOMÁTICAS	P.BASE	P.V.P.
RENAULT-19-RN-1.4	1.997.655.00	2.905.783.00
RENAULT-19-RT-1.4	2.232.880.00	3.178.644.00
CLIO-RT-1.4-3-P.	1.777.432.00	2.644.843.00
CLIO-RT-1.4-5-P.	1.840.214.00	2.717.670.00
CLIO-BACCARA-3-P.	2.346.211.00	3.304.627.00
CLIO-BACCARA-5-P.	2.410.550.00	3.379.260.00

RENAULT TWINGO	1.105.074.00	1.661.265.00
----------------	--------------	--------------

DESCONTOS AOS SÓCIOS

### VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

DESCONTOS AOS SÓCIOS

Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (Telef.: 443 19 51)  
STAND: Telef.: 856 14 00  
Fax: 856 14 80

Delegado de vendas: Bernardes

## RENAULT

AOS MILITARES  
E FUNC. DAS INST. MILITARES

VENDAS DE VIATURAS RENAULT  
DESCONTOS ESPECIAIS

Renault Portuguesa, S.A.

Contacto  
Deleg. de Vendas — Bernardes  
Stand: Telef: 856 14 00 Fax 856 14 80  
Resid.: Telef: 443 19 51 (depois das 19.00h)

### TROPAS PÁRA-QUEDISTAS PORTUGUESAS

(Continuação da pág. 8)

Exército. Após 35 anos integrados na Força Aérea os **Boinas Verdes**, por decisão política e não por sua vontade nem do ramo a que pertencem, irão ser transferidos para o Exército.

Após alguma agitação entre os quadros pára-quedistas e muito especialmente entre as Associações de Pára-Quedistas, iniciaram-se os estudos que, por força da decisão política — tomada primeiro —, irão definir as condições da transferência e a futura organização.

No Exército o Regimento de Comandos (actualmente com efectivo de uma Companhia!) vai ser extinto e parte dos seus quadros irão frequentar o curso de pára-quedismo, para integrar a futura **Brigada Aerotransportada**. Os estudos ainda não estão terminados mas tudo indica que a futura Brigada Aerotransportada seguirá a organização da actual BRIPARAS, aumentando-se algumas unidades (Artilharia, Engenharia e Reconhecimento).

Tudo indica também que na parte respeitante à instrução, e este é um aspecto decisivo, tudo se manterá de modo muito semelhante ao actual.

Formação Básica (10 semanas); Curso de Pára-Quedismo (4 semanas); Especialidade (dependendo, mas a de atiradores é de 7 semanas).

Assim, e de acordo com o estabelecido pelo Ministro da Defesa, espera-se que em 1994, o Corpo de Tropas Pára-Quedistas seja extinto na Força Aérea e seja criado no Exército uma Brigada Aerotransportada.

Esta nova unidade pretende-se que venha a ser a Elite do

Encargos anuais mínimos 123.900\$00 (Clio 1.1) e máximos 132.800\$00 (Clio 1.4). Consumo 15.000 Kms 123.900\$00/132.800\$00; seguro obrigatório de responsabilidade civil 21.983\$00; impostos obrigatórios 2.840\$00/4.630\$00. Cálculos com base em gasolina Eurosuper, Nov/90.



CARRO DO ANO 1991

# Clio



## EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.  
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?  
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

### ...e tudo se transforma

**RENAULT**  
Ao Ritmo da Vida

### CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA (Sucursal)  
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900 Lisboa  
Tels. (01) 856 14 00 Fax (01) 856 14 80

Exército Português, colmatando uma lacuna que de há muito lhe era imputada: não dispor de nenhuma unidade capaz de, com rapidez e eficiência, assumir a responsabilidade de intervir, dentro ou fora do território português, no cumprimento de missões de intervenção rápida. Até aqui a «menina dos olhos» do Exército era (e é), a Brigada Mista Independente (5000 homens), que em caso de conflito (no âmbito da NATO apenas deveria ser transportada para o norte de Itália, levando consigo (via férrea) as suas viaturas blindadas. Como é fácil de verificar esta unidade, que brevemente e beneficiando dos «excedentes» provenientes do centro da Europa, passará a ser totalmente mecanizada, não satisfazia as condições mínimas exigíveis para o caso de haver necessidade de, rapidamente, intervir em qualquer parte onde o Governo português o entenda. Acresce ainda que sendo todos os pára-quedistas voluntários, ao contrário do pessoal da Brigada Mista, grande parte dos problemas que se poderiam verificar em missões fora do âmbito da NATO, estão à partida resolvidos.

No entanto, nem tudo estará resolvido, apenas, com a criação da nova força. Em Portugal o Governo decidiu reduzir o serviço militar obrigatório, que é geral, para 4 meses no activo. Nas tropas pára-quedistas espera-se poder contar com pessoal para cumprir um mínimo de 12 meses, motivando-se o pessoal para permanecer nas fileiras por mais tempo como semiprofissionais. Isto, no entanto, ainda não foi testado (embora desde há alguns anos que os páras disponham de contratados por 2 a 5 anos), esperando-se que as medidas governamentais sejam acompanhadas de incentivos (monetários e outros).

Embora a partir de 1994/95 os jovens portugueses que sejam voluntários para as **Tropas Aerotransportadas**, tenham que optar por cumprir, no mínimo, o dobro do tempo da generalidade da população em idade militar, os **Boinas Verdes** mostram-se confiantes na sua longa tradição de voluntariado, para conseguir manter o nível de efectivos desejáveis. E embora de momento, as previsões acerca dos benefícios na mudança de ramo, sejam bastante pessimistas, espera-se que o Exército continue a dar, não as mesmas condições que o CTP dispunha da Força Aérea, mas pelo menos aquelas que permitam aos militares portugueses que saltam de aeronaves em voo, continuarem a ser a Elite das Forças Armadas.

Texto de: MIGUEL GABRIEL SILVA MACHADO e ANTÓNIO E. S. CARMO  
Fotos de: ALFREDO SERRANO ROSA

### OFERTA DE EMPREGO

Complexo Social das Forças Armadas em Oeiras, necessita de (dois) 2 telefonistas para o período das 17.00 horas à 01.00 hora.  
Para mais informações contactar o Departamento de Reabilitação.  
Telefone 3426247.

# NOVA SEDE

## PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

A Nova Sede já tem vida! As primeiras plantas foram semeadas, dê uma espreitadela na última página, nela verá uma fotografia onde se vê a entrada principal já com uma nova «cara».

Dentro de poucos dias serão alcatroados os arruamentos, o que só ainda não aconteceu devido ao mau tempo que se tem feito sentir, provavelmente quando estiver a ler estas linhas estas obras já estarão prontas. Na última visita que efectuámos às instalações procedia-se à limpeza final da mesma.

A realçar este mês que foi ultrapassada a barreira dos 12 000 contos em donativos.

Apesar do sorteio que se vai realizar, queremos lembrar aqui que uma vez que a obra está praticamente pronta, e destinando-se os donativos essencialmente para comprar o recheio da Nova Sede, que se devem reforçar as iniciativas para a angariação de mais donativos, tanto junto de sócios, como de outras entidades que possam ser mobilizadas para este efeito.

Transporte (MAI93)..... 11 982 173\$20

SÓCIOS N.º	NOME	QUANTIA
(Sede)		
4547	Guilherme Manuel S. S. Soto.....	20 000\$00
12726	Álvaro de Sousa Gomes Ferreira .....	10 000\$00
9886	Vítor Manuel Domingues Salvador .....	10 000\$00
9274	Luís António O. Nabais.....	10 000\$00
2255	António F. Rodrigues Marques .....	10 000\$00
68	Jorge Manuel dos Santos.....	20 000\$00
11227	José Manuel Ferreira .....	10 000\$00
9	Brum da Costa.....	10 000\$00
1270	José Manuel Martins Ribeiro .....	10 000\$00
78	Francisco José Alves.....	10 000\$00
11044	João Silvano Sousa Bastos.....	5 000\$00
11206	Manuel Pinto .....	5 000\$00
7545	Joaquim Sousa Silva .....	1 100\$00
7330	Raul Ferreira Cristovão .....	1 700\$00
7219	Carlos Dias Matos .....	1 000\$00
12210	Mário Pedro Jerónimo.....	3 500\$00
5997	Adelino Jorge Martins Barros .....	1 000\$00
5242	Joaquim Apolónia Pereira.....	5 000\$00
804	Salvador Duarte.....	1 000\$00
12825	Aurélio Ribeiro Gil .....	5 000\$00
5884	António Velho Ribeiro.....	5 000\$00
(Porto)		
418	António Marques de Matos .....	2 000\$00
9298	Orlando Santos Antunes.....	2 000\$00
3642	Manuel A. Pereira .....	3 000\$00
2121	Jorge Fernando Menezes Salgueiro .....	5 000\$00
4996	Ramiro José Silva Gomes .....	2 000\$00
12313	Joaquim Francisco Gomes Vaz.....	5 000\$00
12322	Manuel dos Santos Pereira.....	1 500\$00
A transportar (JUN93).....		12 156 973\$20



## INFORMAÇÃO LEGISLATIVA QUINZENAL N.º 93

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

● **Decreto Regulamentar n.º 25/92 de 9 de Outubro**

— Estabelece as características que devem possuir os veículos adaptados ao acesso e transporte de deficientes para efeitos de redução do Imposto Automóvel.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

● **Portaria n.º 1164 — A/92 de 18 de Dezembro**

— Actualiza as remunerações dos funcionários e agentes da administração

central, local e regional e a remuneração base do pessoal da Administração Pública para o ano de 1993.

### MINISTÉRIOS DA SAÚDE E DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

● **Despacho Conjunto n.º 606/MS/MESS/92, publicado no Diário da República, II Série, n.º 10 de 13 de Janeiro de 1993.**

Financiamento para 1993, de ajudas técnicas relativas a próteses, ortoses e outros dispositivos de compensação a deficientes, prescritos por auto médico.

### ENCERRAMENTO DA DELEGAÇÃO DE VISEU

A Delegação de Viseu estará encerrada para férias desde o dia 01 de Agosto até ao dia 22 do mesmo mês.

### ENCERRAMENTO DA DELEGAÇÃO DE COIMBRA

A Direcção da Delegação de Coimbra informa que, por motivo de férias do pessoal, estará encerrada durante todo o mês de Agosto, e que reabrirá no primeiro dia de Setembro.

### ENCERRAMENTO DA DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA

Por motivo de férias, a Delegação de Bragança estará encerrada no período compreendido entre o dia 19 de Julho e 06 de Agosto de 1993.

## SANDE UM AMIGO !

Por motivos que têm que ver com a sua vida pessoal, com o peso e dificuldades com que se confronta quem todos os meses tem de fazer chegar aos sócios, leitores e entidades públicas, o nosso jornal, com a carga, porque não, das críticas muitas vezes nada construtivas ao trabalho que se vinha desenvolvendo, pediu a rescisão do seu contrato, como Chefe da Redacção do ELO, José Manuel Sande, que conosco vinha colaborando há já 5 anos.

É usual dizer-se bem, pelo simples facto de dizê-lo, quando alguém abandona um cargo ou uma tarefa que vinha desempenhando, mas cabe-me, melhor do que a ninguém, porque com ele participei tantas e tantas noites para que este veículo de comunicação, tão nosso, vos chegasse atempada e mensalmente às mãos, posso enjeitar a responsabilidade porque a sinto, de dizer ao Sande, o bom, tantas vezes penoso, que foi construir com ele estas páginas que só por vós, associados e leitores, têm razão de existir.

O contacto entre as pessoas cria amizades, o Sande deunos a sua, nós demos-lhe a nossa. Creio poder esperar, como indivíduo e, enquanto estiver ligado ao ELO, também até como associado da ADFA, contar com o conselho, a crítica e a opinião que, estou seguro, nunca nos negará. As portas desta casa estão sempre abertas para o José Manuel Sande, porque com a experiência e conhecimentos que trocámos ele conseguiu ser um de nós próprios. Um abraço Sande. Continuamos a contar consigo.

DIRECTOR DO ELO  
Patúlcia Mendes

## Quotas: adere ao novo sistema!

### AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	P.BASE	P.V.P.
POLO CL	1.512.128.00	1.993.156.00
POLO CL DIESEL	1.664.400.00	2.493.302.00
GOLF CL 1.4 2P	1.689.608.00	2.522.543.00
GOLF CL 1.4 4P	1.732.948.00	2.572.817.00
GOLF GTD 2P	2.848.281.00	5.030.600.00
GOLF GTD 4P	2.909.339.00	5.101.427.00
VENTO CL 1.4	1.961.988.00	2.838.504.00
VENTO GL 1.4	2.276.421.00	3.203.246.00
PASSAT TD ARRIVA	3.026.288.00	4.405.825.00
PASSAT TD ARRIVA +	3.372.664.00	4.807.621.00
PASSAT TD VAR ARRIVA	3.215.366.00	4.625.155.00
PASSAT TD VAR ARRIVA	3.601.704.00	5.073.308.00

### AUTOMÓVEIS OPEL

CORSA	P.BASE	P.V.P.
SWING C1.2 3P	1.171.595.00	1.735.891.00
SWING C1.2 5P	1.223.319.00	1.795.890.00
SWING C1.5D 3P	1.433.063.00	2.407.890.00
SWING C1.5D 5P	1.484.787.00	2.467.890.00

ASTRA	P.BASE	P.V.P.
1.4SEGL 4P	1.772.610.00	2.661.890.00
1.4SEGL 5P	1.772.610.00	2.661.890.00
1.4SEGT 3P	1.973.478.00	2.894.890.00
1.7DRGL 4P	1.892.586.00	3.364.890.00
1.7DRGL 5P	1.892.586.00	3.364.890.00
1.7TDGT 3P	2.277.529.00	3.782.890.00

ASTRA CARAVAN	P.BASE	P.V.P.
1.7DR GL 5P	1.988.076.00	3.475.890.00
1.7TD GLS 5P	2.318.908.00	3.930.890.00

VECTRA	P.BASE	P.V.P.
1.7DR GL 4P	2.267.586.00	3.799.890.00
1.7DR GL 5P	2.267.586.00	3.732.850.00

### AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	P.BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	996 768\$00	1 386 348\$00
UNO 45 5P	1 159 699\$00	1 575 348\$00
UNO 60 3P CAT.	1 211 519\$00	1 700 655\$00
UNO 60 5P CAT.	1 279 623\$00	1 779 655\$00
UNO Diesel 3P	1 345 936\$00	2 013 646\$00
UNO Diesel 5P	1 479 557\$00	2 168 646\$00
TIPO 1.400 S	1 588 306\$00	2 395 110\$00
TIPO 1.700 D	1 659 492\$00	3 061 456\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 747 605\$00	2 579 896\$00
TEMPRA 1.4 SW	1 783 252\$00	2 621 247\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura.  
Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 8595016, a partir das 19H30, para Alberto Pinto.  
Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

## SEDE

### ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

**CLÍNICA GERAL**  
Médico: sócio dr. Fernando Brito Terças e sextas-feiras, às 13 h.

**PSIQUIATRIA**  
Médico: dr. Proença Terças-feiras, às 12 h.

**PSICOLOGIA CLÍNICA E ORIENTAÇÃO VOCACIONAIS**  
dr.ª Fátima Cruz Segundas e Quartas-feiras, 14/18 h.



**342 62 47**

**ADFA responde à tua chamada**

### CONTENCIOSO

**ADVOGADO**  
dr. António Carreiro — 3.ªs e 5.ªs-feiras a partir das 14.00 h.  
(Marcação prévia por telefone 01/3462167/8 ou pessoalmente)

### Outros Serviços

**SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE**  
Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

**BAR E CANTINA**  
Segundas a sextas-feiras  
10H00/14H00  
15H30/18H00

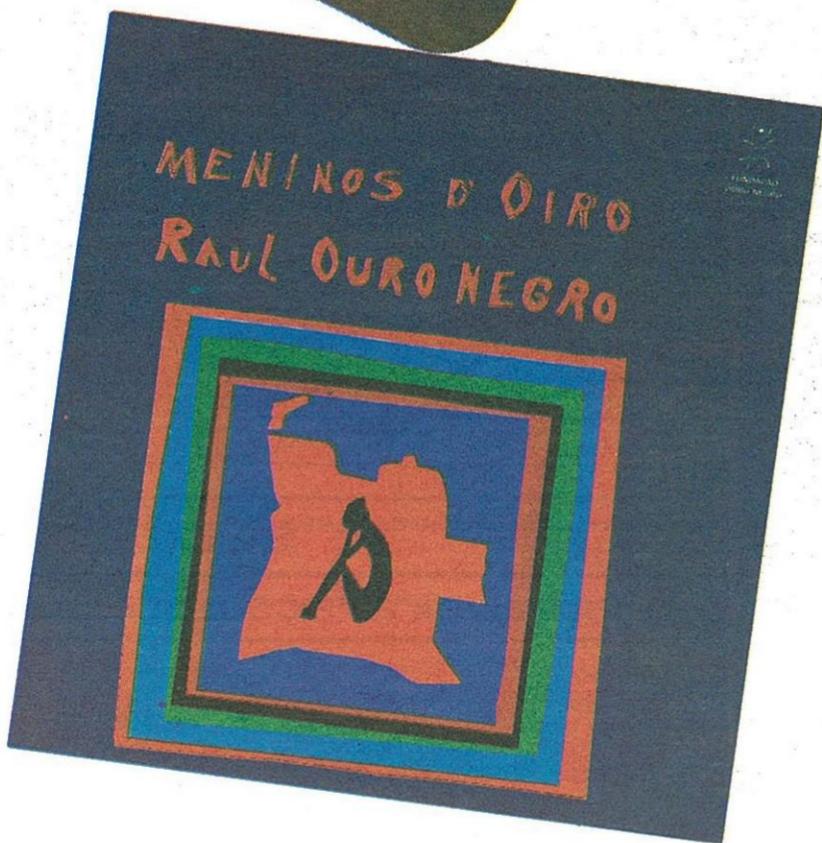
**SECÇÃO FOTOGRÁFICA:**  
Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede
- As marcações são feitas do DFP, 1.º andar, Josefa, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 3462167/8.
- As consultas de psicologia e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 01/3462647.

Sorteio em marcha  
**GANHA UM PANDA  
 E DEZENAS DE PRÉMIOS!**



**Contribui  
 para o recheio da tua  
 nova casa**



## Sorteio «Campanha Nova Sede»

### REGULAMENTO

1. O Concurso destina-se a ser vendido nas instalações da ADFAs, nos distritos de Lisboa, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Porto, Setúbal, Vila Nova de Famalicão e Viseu.

2. Serão emitidos 5000 bilhetes numerados de 0000 a 4999 ao preço de 1000\$00 cada.

3. Os prémios a atribuir serão expostos ao público com a venda do sorteio, na Sede Nacional da ADFAs.

3.1 Haverão 50 prémios que são os seguintes:

1.º Prémio — 1 veículo ligeiro, marca Fiat Panda 1.0 L Kat.

2.º ao 5.º Prémio, no valor individual de 30 000\$00; 1 serigrafia e 1 litografia da pintora Helena Justino.

6.º ao 50.º prémio, no valor individual de 17 000\$00:

1 litografia da pintora Helena Justino e um CD «Menino D'ouro» de Raul Ouro Negro.

4. O sorteio será efectuado no dia 23/11/93, em Lisboa, na Sede da ADFAs.

4.1 O sistema utilizado será o de bolas numeradas de 0 a 9

de rodas numeradas) com observância das regras usuais, a que assistirá um representante do Exm.º Governador Civil do Distrito de Lisboa.

5. Recaindo um número premiado em bilhete que não chegou a ser vendido, repetir-se-ão as operações da extracção para esse prémio, até sair número correspondente a bilhete vendido.

6. Os premiados poderão reclamar os prémios no prazo de noventa dias a contar da data da extracção.

6.1 Findo este prazo, os prémios não reclamados revert-

rão para instituição indicada pelo Governador Civil de Lisboa.

7. A lista dos prémios será publicada no jornal ELO, órgão de Informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, no mês de Novembro de 1993.

7.1 Também serão afixadas listas de prémios na sede e delegações da ADFAs.

7.2 A ADFAs informará cada um dos contemplados do prémio que lhe couber.

8. Este sorteio tem o n.º 13/93 e foi autorizado pela Inspeção-Geral de Jogos, em 93-06-22.

## VENDA DOS BILHETES

Os bilhetes estarão à venda a partir de meados do mês de Julho em todas as delegações e núcleos.